

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
GVces

NÚMERO 58
NOVEMBRO 2011



Trocando em miúdos

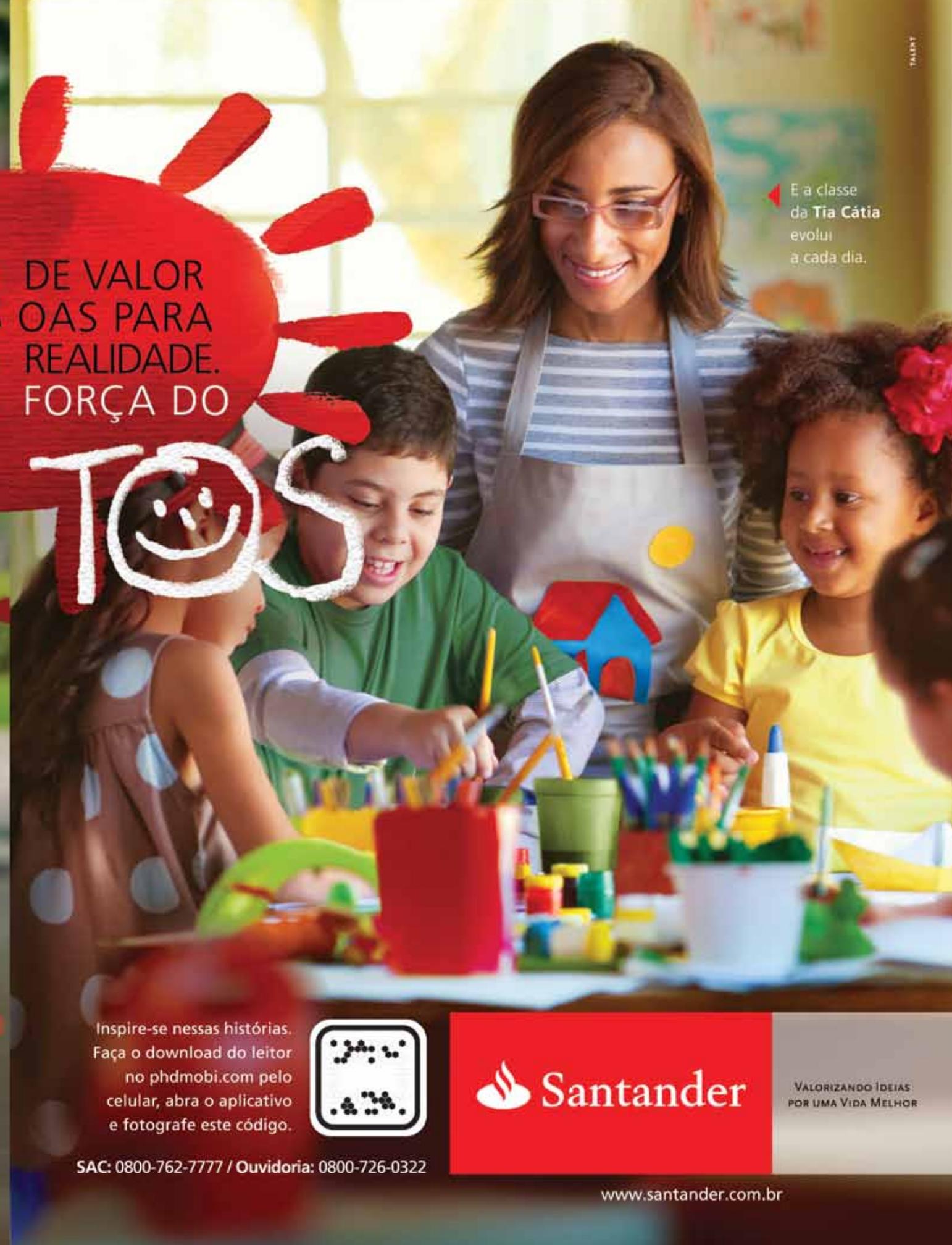
Os pequenos negócios começam a despertar para a sustentabilidade

AGRICULTURA:
adaptável,
moderna e
familiar

ÁFRICA: por
que a ajuda
internacional
fracassou



A Clotilde e a Ana Cristina, sua gerente, participaram do Amigo de Valor.



É a classe da Tia Cátia evolui a cada dia.

O AMIGO DE VALOR UNE PESSOAS PARA MUDAR A REALIDADE. ESSA É A FORÇA DO

Juntos

Vem aí a 10ª EDIÇÃO DO PROGRAMA AMIGO DE VALOR. Contribua de 7/11 a 25/11.

Destinando parte do IR devido para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, você apoia iniciativas que buscam um novo futuro para quem precisa. Participe. Uma geração mais preparada rende um mundo melhor para todos nós. Tem banco. E tem o banco do juntos.

Para saber mais, fale com seu gerente ou acesse santander.com.br/amigodevalor

Inspire-se nessas histórias. Faça o download do leitor no phdmobi.com pelo celular, abra o aplicativo e fotografe este código.



SAC: 0800-762-7777 / Ouvidoria: 0800-726-0322



VALORIZANDO IDEIAS POR UMA VIDA MELHOR

Os pequenos, inclusive

Daqui até os ecos da Conferência Rio+20, uma das expressões que mais se ouvirão nas conversas sobre desenvolvimento é economia verde “e inclusiva”. Sim, pois a tradução livre da *green economy* dos países ricos não exprime com clareza o imenso desafio social dos emergentes e muito menos dos países pobres – daí o adendo que busca preencher essa lacuna semântica.

Como já publicado nestas páginas há mais de três anos (*edição 24*), o discurso da sustentabilidade só entraria em prática desde que se projetasse para além do *jet set*: não se limitasse às grandes empresas e instituições e nem à sua alta diretoria, mas, sim, envolvesse a cadeia de valor e permeasse o dia a dia dos menores escalões, dos fornecedores e dos consumidores de maneira integrada, participativa e em rede.

O tema trazido pela Rio+20 serve como excelente mote para recuperar essa discussão e trabalhar em formas mais inclusivas da atividade econômica. Em um país de política tributária defeituosa, com capital concentrado em grandes corporações e onde tem poder quem opera em grande escala, os pequenos, preocupados essencialmente com a sobrevivência do próprio negócio, encontram um ambiente pouco propício a se lançar nessa nova economia – que exige inovação, mudança de processos e envolve riscos. Mas também abre oportunidades que os pequenos podem abraçar tão bem, dadas as características de dinamismo e flexibilidade.

Assim, apesar do cenário desfavorável, começam a despontar algumas iniciativas nesse sentido, envolvendo empreendedorismo, inovação e parcerias, como esta edição mostra. Para que isso avance, acreditamos que o melhor caminho é o de construção conjunta entre pequenos e grandes, e não de um movimento *top-down*, exigido de cima para baixo. Movimentos *bottom-up*, endógenos, têm muito que contribuir nesse processo coletivo.

Muito já se escreveu quando da morte de Steve Jobs, e uma das reflexões foi sobre o que diferenciava sua empresa da concorrência, em termos de inovação e criatividade. Um consultor matou a charada: “Jobs mantinha a rebeldia da empresa pequena dentro da Apple.”

Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
SUBEDITORA Carolina Derivi
REPÓRTERES Davi Carvalho e Thais Herrero

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Editorial
Dora Dias (edição), Luis Mourão (design)
www.vendoeditorial.com.br

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA Lucas Cruz
CONCEITO DO PROJETO GRÁFICO Rico Lins
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz

REVISOR José Genuino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Amanda Rossi, Ana Cristina d'Angelo, Carla Bispo, Daniela Gomes Pinto, Fábio Rodrigues, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos de Economia Verde), Juliana Arini, Mirella Domenich, Ricardo Abramovay

ENSAIO FOTOGRAFICO Edson Luciano

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
COORDENAÇÃO Jorge Saad
CONTATO Livia Barros
(11) 3807-7084 / conexao@aiue.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Aerton Paiva, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

creative commons PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADEIRIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

16 ENTREVISTA

Carlos Armenio Khatounian contesta a ideia de que só a agricultura industrial é eficiente e bem-sucedida

22 EMPRESAS

No topo da pirâmide, a adesão à economia verde parece mais fácil. O desafio é convencer os outros 99%

28 RETRATO

Viva a feira brasileira! Porque aqui a gente gosta é de apertar a fruta, dar bom dia, levar cantada

32 DESENVOLVIMENTO

A ajuda internacional bilionária falhou na África. Prova de que as saídas são mais endógenas que se supunha

38 ENERGIA

A produção pulverizada e diversificada reduz emissões e ainda torna a oferta energética do País mais resiliente

44 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para atacar de frente a extrema pobreza, o inovador Bolsa Verde dependerá de ações estruturantes

Seções



- 06 Notas
- 10 Web
- 11 Página Cultural
- 12 Economia Verde
- 47 Coluna
- 48 Estalo
- 50 Última

CAPA Foto: Carla Bispo



Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Coluna: “Em meio a gerações” – edição 56] Flavia, gostei muito, muito mesmo do seu texto. Você coloca de forma sensível um tema tão indigesto. Estou perto dos 40 anos e resolvi ter o meu segundo filho. Acredito que temos, sim, que pensar em controle de natalidade visando impactar menos o planeta. Mas também precisamos criar indivíduos com valores e crenças que nos ajudem a construir um mundo melhor. **Marcos Custódio**

[Post: Vergonha de pedalar? – Blog da Redação] Sensacional! Dia desses, um professor nos explicava por que a GM precisou de socorro financeiro do governo norte-americano tantas vezes. Este anúncio é uma prova clara de que os caras realmente não entendem do riscado. Será que eles não têm um departamento ou consultor independente para avaliar essas propagandas antes de ganharem o mundo? **Gilvan Tessari**

[Facebook] Parabéns pelo prêmio, vocês merecem todos os que existirem! Trabalho sério e transparente. **Bida Thomazini**

OUTBOX O anúncio publicitário da GM, que sugere vergonha dos ciclistas por não terem carro, repercutiu pessimamente no mundo todo e já saiu de circulação. Quanto ao Prêmio Jornalistas&Cia/HSBC, agradecemos a Bida e a todos os leitores que nos cumprimentaram!

LÁ EM CASA – QUEM FAZ PÁGINA22

Dora Dias, Editora de Arte
Dora, a profissional, nasceu e cresceu com a PÁGINA22. Arquiteta de formação, mas adepta do “design total”, converteu-se às artes gráficas na equipe da Vendo Editorial – desde o princípio, emprestando seu bom gosto a estas páginas. Em menos de três anos, passou de estagiária à editora de arte que adorna nossos textos e organiza nossa linha de montagem, sucedendo o mentor Marco Cançado. De quebra, Dora é o orgulho da família! A mãe, engenheira florestal, está entre os leitores mais fiéis da revista.

[AGROTÓXICOS I]

De volta à pauta

Após quase duas décadas deixado de lado na pauta socioambiental, o tema dos agrotóxicos está voltando com força ao debate público. Uma série de iniciativas públicas e das organizações não governamentais atraiu a atenção da mídia e voltou a mobilizar movimentos sociais e ecológicos em diferentes partes do País. Lançado em setembro, por exemplo, o livro *Agrotóxicos no Brasil – um guia para ação em defesa da vida* preenche séria lacuna nas políticas públicas de agricultura, meio ambiente e saúde, que é a falta de informações e orientações sobre legislação, intoxicações e uso seguro dos agroquímicos. Pode ser baixado no link bit.ly/rchS6D.

O livro é uma iniciativa conjunta da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA),

que o encomendaram à agrônoma Flavia Londres. Há mais de uma década, Flavia atua como assessora de organizações ligadas à agroecologia e de combate aos agrotóxicos e aos transgênicos. “Associo a retomada do assunto ao triste título recebido pelo Brasil em 2008 e 2009, quando se tornou campeão mundial de vendas de agrotóxicos, superando até os Estados Unidos”, disse Flavia a PÁGINA22, usando o critério de volume comercializado.

Embora a produção agrícola estadunidense seja 2,5 vezes superior à safra brasileira de grãos e fibras, o Brasil deve se tornar o maior mercado de agrotóxicos do mundo em 2011 em receita, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag). A entidade prevê vendas de US\$ 8 bilhões, acima dos US\$ 7,3 bilhões de 2010. **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

[AGROTÓXICOS II]

ANVISA REAVALIA 14 AGROQUÍMICOS

Há outros elementos que, combinados, explicam a maior visibilidade recente da questão dos agrotóxicos na opinião pública. Dois deles referem-se a duas iniciativas importantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Uma é o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, que teve início em 2001 e divulga anualmente dados sobre a presença de resíduos de agroquímicos ilegais ou acima dos limites legais em 17 culturas agrícolas.

A outra ação da agência, a reavaliação do registro de 14 agrotóxicos, em curso desde 2008, é muito mais polêmica, visto que confronta diretamente a indústria de agrotóxicos. Nessa reavaliação já foram banidos os inseticidas triclofom e cihexatina – em junho e outubro de 2010, respectivamente

– e outros dois terão uso proibido em junho de 2012 (metamidofós) e julho de 2013 (endosulfan). Trata-se de inseticidas que já foram banidos na maior parte dos países desenvolvidos por serem perigosos para a saúde humana e o meio ambiente.

Na sociedade civil, a movimentação em torno do tema tem sido intensa ao longo deste ano. Em abril, 30 movimentos sociais, sindicatos, pastorais e organizações ambientalistas lançaram a Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida.

O objetivo da campanha é alertar a sociedade sobre os danos causados pelo uso de agrotóxicos e construir iniciativas, inclusive na frente jurídica. Como uma ação da campanha, o cineasta Sílvio Tandler lançou em julho o documentário *O Veneno Está na Mesa*, que mostra os riscos do uso de agrotóxicos na agricultura e como este

modelo beneficia as grandes transnacionais. O documentário pode ser assistido no YouTube (bit.ly/o2ib8k) (JAGP)

[DIREITO]

PRESOS POR “ECOCÍDIO”

CEOs de empresas petrolíferas foram a júri, na Suprema Corte do Reino Unido, no fim de setembro. Dois saíram de lá considerados culpados e um foi inocentado, em razão de acusações de ecocídio – crime contra o meio ambiente –, devido a exploração irresponsável e derramamento de petróleo no Golfo do México.

Os juízes e advogados eram profissionais de verdade, mas os casos, fictícios – ainda que semelhanças com a vida real não sejam meras coincidências. Sem roteiro preestabelecido, tudo não passou de simulação de como seria um julgamento se existisse aquela classificação de crime.

Quem organizou a sessão foi a advogada britânica Polly Higgins, que, desde 2010, defende a inclusão do ecocídio na lista de crimes contra a humanidade, junto com os crimes de guerra e genocídio, julgados pelo Tribunal Criminal Internacional da Organização das Nações Unidas. Ela define o ecocídio como: “Dano extensivo, destruição ou perda de ecossistema de um determinado território, por ação humana ou outras causas, a tal ponto de reduzir severamente o aproveitamento pacífico dos habitantes daquele território”.

Polly afirma que crimes ambientais são ameaças à paz, porque o comprometimento

da oferta de recursos naturais pode desencadear guerras. Para ela, prender responsáveis por esses danos é uma forma de mudar a política de empresas e governos para que os impactos sobre o planeta sejam considerados tão ou mais importantes quanto os lucros. Os julgamentos considerariam, como acontece com os homicídios, se houve ou não intenção de causar o prejuízo ambiental. **POR THAÍS HERRERO**

[PRÉ-EVENTO I]

O DESENHO DE UMA ECONOMIA VERDE

O consenso em torno da urgência de uma nova economia, que opere dentro dos limites da natureza, parece cada vez mais consistente. O problema que se apresenta agora é decidir como pôr a ideia em prática. O 2º Seminário Nacional sobre Economia Verde – Diálogos Nacionais, realizado nos dias 17 e 18 de outubro, em São Paulo, deu uma mostra disso. O objetivo do evento era validar um quadro referencial com definições de conceito, princípios e prioridades para a transição da economia para uma plataforma mais sustentável e propor um conjunto de ações para materializar essa transição.

Os 120 presentes, entre representantes de organizações não governamentais, governos e empresas, chegaram quase lá. Os

dois dias de discussão foram ricos, algumas vezes acalorados, mas não conseguiram elaborar um mapa em escala miúda. Aron Belinky, coordenador de relações internacionais do Vitae Civilis e organizador do evento, reconheceu que a discussão aconteceu de forma mais conceitual do que propositiva, mas apontou que não se trata de abstrações. “Esse é um processo de *design* do que queremos. Não estamos apenas sonhando com uma casa, estamos pensando em como construí-la.”

O quadro referencial discutido havia sido rascunhado no primeiro seminário, em novembro de 2010, e as propostas de ação resultaram de quatro seminários regionais ocorridos ao longo deste ano. Ambos são a base para o documento encaminhado para o comitê preparatório da Rio+20, como contribuição brasileira ligada à Green Economy Coalition, iniciativa da qual o Vitae Civilis é o braço no Brasil (greeneconomy.org.br). **POR GISELE NEULS**

[PRÉ-EVENTO II]

E A AGENDA 21?

A Rio+20 vai centrar-se em dois temas: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Um dos objetivos é avaliar a implementação dos acordos feitos em

torno da sustentabilidade nas últimas duas décadas. Em outras palavras, os países serão chamados a contar como anda a implementação da Agenda 21.

Mas a emergência da economia verde como saída para a crise ambiental ameaça jogá-la para escanteio, por conta do desgaste com inúmeros processos que não resultaram em ações concretas, a exemplo da Agenda 21 de municípios, que só existe no papel.

Para Aron Belinky, no entanto, nem tudo está perdido. Ele acredita que o ambiente de diálogo característico da Agenda 21 está internalizado em vários processos, mesmo que não sejam batizados como tal. “A Agenda 21 pode até perder o nome, mas não perde a cultura de discutir um projeto de desenvolvimento com a sociedade com certas diretrizes.”

Diferentemente da Eco 92, a próxima Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável não pretende chegar a um tratado a ser ratificado pelos países-membros. O produto esperado agora são diretrizes para a consolidação da economia verde e do desenvolvimento sustentável. O resultado mais provável deverá ser uma recomendação de que a ONU estabeleça as diretrizes de desenvolvimento sustentável baseadas nas Metas do Milênio, que serão revisadas em 2015. **(GN)**



PÁGINA22 PREMIADA Antonio Carlos Seidl, do HSBC, entrega troféu à editora Amália Safatle e a Mario Monzoni, coordenador do GVCes. A revista foi eleita Veículo do Ano Especializado em Sustentabilidade pelo Conselho Consultivo do Prêmio Jornalistas&Cia/HSBC

FALA, LEITOR

HISTÓRIAS E IDEIAS DE QUEM LÊ PÁGINA22

As ações e convicções da paulistana de **Thais Lopes Monteiro** já a direcionavam para a sustentabilidade desde a adolescência. Mas só na universidade descobriu a palavra que veio concretizar tudo aquilo.

Em meio a notícias e conversas, ela se incomodava com o desmatamento da Amazônia e o descaso com a preservação da biodiversidade. “Sentia um misto de bagunça e comodismo com o meio ambiente e queria agir para que aquilo não continuasse.” Em 2006, ingressou na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, no curso de Gestão Ambiental. Descobriu, no seu ano de caloura,



Se você deseja participar desta seção, escreva para leitor@pagina22.com.br e conte um pouco sobre você e seus projetos. Para se comunicar com **Thais Lopes Monteiro**, escreva para thatalm@gmail.com

os impactos da pecuária no meio ambiente e no bem-estar animal. Tornou-se vegetariana. “Quando me dizem que o homem está no topo da cadeia alimentar e que por isso é natural comer carne, argumento que a forma como o gado é tratado hoje – do seu nascimento ao abate – é que não é natural. É cruel”, diz.

Chegada a hora de trabalhar, Thais foi atuar com educação ambiental. O primeiro estágio foi no Parque Municipal Severo Gomes, na Zona Sul de São Paulo, por dois anos. Um parque que, de tão pequeno, se parece com uma praça, mas por onde passa um rio de águas cristalinas que contrastam com o meio urbano. Lá, Thais instruiu estudantes da rede pública em visitas e atividades. Falava de preservação, reciclagem,

alimentação orgânica e botânica.

A grande motivação do trabalho era ensinar quem estava em fase de formação de hábitos e valores. “Percebi que podia não mudar um grupo, mas uma ou duas crianças sempre levavam aprendizados para casa. Educação ambiental é um trabalho de formiguinha.”

No ano passado, Thais fez uma viagem ao Pará, onde tem parentes. Foi sua vez, então, de voltar para casa com ensinamentos, depois de conhecer uma comunidade que vive do manejo de madeira. Hoje, só compra madeira certificada. “Mesmo em São Paulo, minhas mãos estão lá na Amazônia de alguma forma”, diz. **POR THAÍS HERRERO**

INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS

EDUCAÇÃO

- Fundação Bradesco
- Programa Educa+Ação
- Fórum de Riscos e Fórum da Longevidade da Bradesco Seguros
- Programa Porteiro Amigo do Idoso da Bradesco Seguros
- Participação no Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão viabilizando bolsas de estudos para jovens músicos

ESPORTE

- Inclusão pelo Esporte:
 - Programa Bradesco Esportes e Educação
 - Patrocínio às Confederações de Desportos Aquáticos, Judô, Vela e Motor, Basketball, Remo e Rúgbi
 - Projeto Integração Empresa Escola (PIEE)
- Circuito de Corrida e Caminhada da Longevidade da Bradesco Seguros
- Primeiro patrocinador nacional dos Jogos Olímpicos Rio 2016

CULTURA

- Valorização de manifestações culturais: carnavais do Rio de Janeiro, de Salvador, do Recife e de Olinda e Festival Folclórico de Parintins
- Estimulo ao entretenimento e à celebração: Árvore de Natal na Lagoa Rodrigo de Freitas, Réveillon de Copacabana, Natal Luz de Gramado e Cirque du Soleil

MEIO AMBIENTE E CIDADANIA

- Cofundador da Fundação Amazonas Sustentável
- Parcerias com a Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Ayrton Senna, Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC), AACD e outras
- CicloFaixa de Lazer de São Paulo

GESTÃO RESPONSÁVEL

GESTÃO INTERNA

- Programa de Ecoeficiência
- Certificação ISO 14064
- TI Verde
- Programa Voluntários Bradesco
- Utilização de critérios socioambientais na avaliação e no monitoramento de fornecedores
- SA8000 e OHSAS 18001

COMPROMISSOS

- Signatário do Pacto Global (ONU)
- Aderente ao Protocolo Verde, ao Carbon Disclosure Project (CDP) e ao Supply Chain Leadership Collaboration (SCLC)

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

INCLUSÃO BANCÁRIA

- Presença em 100% dos municípios brasileiros
- Agências e PAAs nas Comunidades: Rocinha, Cidade de Deus, Complexo do Alemão, Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, Rio das Pedras, Dona Marta, Turano, Gardênia Azul, Santo Cristo, Heliópolis e Paraisópolis
- Agência-barco que percorre o Rio Solimões
- Ações de uso responsável do crédito e de educação financeira
- Acessibilidade:
 - Internet Banking para pessoas com deficiência visual e auditiva
 - Extrato em braille e extrato com impressão ampliada
 - Máquinas de Autoatendimento para pessoas com deficiência visual, auditiva e física
 - Mouse Visual Bradesco
 - Atendimento em libras nas Agências
 - Bradesco Celular para pessoas com deficiência visual

PRODUTOS SOCIOAMBIENTAIS

- Títulos de Capitalização Pé Quente Fundação SOS Mata Atlântica, Projeto Tamar, Fundação Amazonas Sustentável, Instituto Ayrton Senna e Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC)
- Cartões de Crédito Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Amazonas Sustentável, AACD, Apae e Casas André Luiz
- Mais de 30 linhas de crédito socioambientais
- Fundos de Investimento Socialmente Responsáveis
- Seguros Populares

RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

- Gestão integrada de riscos: utilização de critérios socioambientais na análise e no monitoramento de projetos que financia
- Signatário dos Princípios do Equador
- Aderente aos Princípios de Investimento Responsável (PRI)

Como resultado desse posicionamento, o Bradesco está presente no Índice Dow Jones de Sustentabilidade e nos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Carbono Eficiente.

PARA O BRADESCO O BRASIL É SUSTENTABILIDADE.

BRADESCO. LADO A LADO COM O BRASIL.



Banco do Planeta



Baixe um leitor de QR Code em seu celular e aproxime o telefone do código ao lado.

bancodoplaneta.com.br

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022

SAC Alô Bradesco: 0800 704 8383

SAC Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099

Ouvidoria: 0800 727 9933



Bradesco

POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

Sustentabilidade põe mesa, **sim**

Mais do que refeições saborosas, o restaurante paulistano GOA oferece a responsabilidade ética e ecológica em seu menu. O local virou referência em gastronomia saudável e engajada desde 2001, quando foi aberto com o nome de Gaia, por **Augusto Pinto**. Em entrevista em vídeo, o chef e proprietário fala a PÁGINA22 sobre como levou a sustentabilidade à mesa, à cozinha e ao serviço, e também do potencial de expansão, no Brasil, da culinária considerada sustentável.

A escolha dos alimentos orgânicos é só o começo de uma lista de valores defendidos pelo chef como indispensáveis para o mundo que iremos legar ao futuro. O respeito a “qualquer forma de vida consciente”, por exemplo, vai desde o cardápio sem carnes até o privilégio a pequenos produtores na hora da compra dos ingredientes. Também inclui a valorização do time de funcionários, incentivados a fazer aulas de teatro e yoga, e dos clientes, claro.

Para diminuir a pegada ambiental, Augusto Pinto decidiu eliminar as bebidas em garrafas PET e as sacolas plásticas. O lixo inevitavelmente produzido é enviado para a reciclagem. O cliente, segundo ele, ainda é recompensado com preços justos, o que torna os pratos ainda mais atraentes. Veja mais na entrevista em fgv.br/ces/pagina22, no canal P22TV.



DIVULGAÇÃO

neste planeta e no espaço, pelo qual luta tanto para conquistar. O blog Bule Voador (bulevoador.haaan.com) tem acompanhado os lançamentos de cada novo episódio e os publica com legendas em português.

CIDADES URBANAS E HUMANAS

Inspirada em provérbio do urbanista dinamarquês Jan Gehl, segundo o qual o homem sabe tudo sobre o *habitat* ideal das espécies de animais, mas desconhece o do *Homo sapiens*, a jornalista Natália Garcia idealizou o projeto Cidades para Pessoas. Desde maio deste ano, ela mora durante um mês em cidades que são bons exemplos de planejamento urbano e faz reportagens para o blog cidadesparapessoas.com.br.

Junto com a companheira

Dora (sua bicicleta dobrável), Natália passou por Curitiba, Paris, Amsterdã e Copenhague – cidade onde nadava quase todos os dias num canal que levou 15 anos para ser despoluído. A missão acaba em maio de 2012, com um total de 12 destinos visitados e um arquivo de inspirações e modelos para que as cidades brasileiras se tornem mais agradáveis para quem nelas habita, mas nem sempre delas usufrui.



NATALIA GARCIA

VALE O CLICK CLIMA ONTEM E AMANHÃ

Nem é preciso saber de física ou meteorologia para pressagiar como as mudanças no clima vão afetar regiões no mundo até o fim do século. O site Climate Wizard (climatewizard.org) tem um mapa interativo com previsões de precipitação de chuvas e temperaturas médias para 2050 e 2100. Também traz um histórico das características climáticas dos 50 anos passados. O objetivo é ser uma fonte de informação para técnicos e leigos sobre os impactos do aquecimento global. Por isso, a navegação é simples e intuitiva.

FOTO 3X4, MAS GIGANTE

Já imaginou ter sua foto estampando a cidade em um pôster com mais de mais de 1 metro de altura? É isso o que faz o projeto Inside Out, do fotógrafo francês JR. Trata-se de um projeto de arte participativa em escala global. Quem envia uma foto pelo site insideoutproject.net recebe em casa, e de graça, um pôster em largas dimensões para colar onde bem entender. Nas mãos de JR, os retratos gigantes já renderam intervenções urbanas memoráveis, tais como a exposição de fotos de moradores de favelas cariocas sobre o telhado das casas e a colagem de imagens de palestinos e israelenses nos muros da Faixa de Gaza.

IDIOMAS SILENCIADOS

A Unesco lançou uma nova edição do *Atlas das Línguas do Mundo em Perigo*, com informações de 2.473 idiomas que podem se perder por não serem mais ensinados ou usados. A versão on-line (unesco.org/culture/languages-atlas) traz as localizações no Google Maps dos povos falantes desses idiomas. Os países com mais línguas em risco são Índia (198), Estados Unidos (191) e Brasil (190).

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

Os Chicos

Em 2007, o fotógrafo Leo Drumond e o jornalista Gustavo Nolasco deram início ao projeto Os Chicos. Percorreram as margens do Rio São Francisco para um registro poético do "Rio da Integração Nacional" com apenas um pensamento: encontrar os Franciscos e Franciscas que ali vivem. Foram 58 cidades e comunidades ao longo dos 2,7 mil quilômetros de extensão, passando pelos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Nesse trabalho de pesquisa, entrevistaram e fotografaram os personagens que ajudam a mostrar a diversidade da cultura oral das margens do Velho Chico.

O projeto acabou por prestar uma homenagem ao rio, uma unidade múltipla, tal como as redes sociais que vemos hoje se configurarem, seja no universo cibernético, seja na Praça Tahrir (Cairo). “O objetivo principal era mostrar que o Chico de Petrolina, por exemplo, tem toda uma relação com o rio, uma cultura oral, folclores e histórias completamente diferentes de um Chico de Pirapora (*a 1.371 quilômetros de distância*), em Minas. Por outro lado, homenageamos os Chicos e Chicas, pois



uma das poucas características comuns ao longo de todo o São Francisco é o orgulho de pais e mães ao batizarem seus filhos com o nome do rio”, explica o idealizador do projeto, Gustavo Nolasco.

Mas o que se vê e se lê nos dois caprichados volumes recém-lançados – um de fotografia e um de prosa – é mais que isso. Gustavo envolve-se de tal maneira com as histórias de Chicos e Chicas que criou uma linguagem emaranhada com a oralidade do ribeirinho, entrelaçando as histórias de cada um com a própria história do São Francisco. Como prefacia Fernando Morais,

“com sensibilidade do poeta, soube fazer a mistura genial do rio com o que nele há de mais vivo, as pessoas que nele e dele vivem, por ele passaram para sobreviver ou só para matar o tempo, observar, pedir conselhos, rezar, contemplar. Aqui, neste magnífico livro, são água e gente, coisa que só à alma de poeta sabe ocorrer”.

No volume *Os Chicos – Fotografia*, as imagens de Leo Drumond, livres da lógica do tempo e do espaço, mergulham numa sequência do seu próprio olhar, oferecendo-nos uma leitura aberta, como toda arte deve ser.

DIVULGAÇÃO

AMÉRICA LATINA FALA

O mercado audiovisual da América Latina está em destaque no mundo todo pelo número cada vez maior e diverso de obras. Da mesma maneira, o número de festivais e eventos dedicados ao segmento tem-se multiplicado. Tanto para realizadores como para produtores, público, patrocinadores ou simpatizantes de filmes e mostras, a organização e divulgação dessas informações é fundamental. E foi o que norteou a criação do *Guia Fala – Guia de Festivais Audiovisuais Latino-Americanos* (guiafala.com.br), formado por um grande banco de dados on-line, que reúne

informações sobre mais de 550 festivais e mostras de cinema e vídeo de todos os países da América Latina. O site contém informações como locais dos eventos, data de realização, período de inscrições, temáticas, duração, perfil, formatos de obras aceitas. O site possibilita também a participação em fóruns de discussão e abre espaço para que os usuários contribuam com informações.

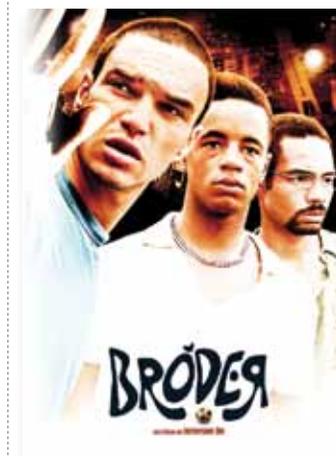
BRÓDER

Mais um filme de favela? Espera. O primeiro longa do cineasta paulistano Jeferson De vai adiante e é uma boa surpresa. Premiado nos festivais de Paulínia e Gramado e agora lançado em

DVD, *Bróder* é, antes de tudo, um filme sobre a amizade. E com um personagem forte e quase onipresente: o Capão Redondo, bairro da periferia da Zona Sul de São Paulo.

Três amigos nascidos no Capão, e com diferentes destinos, voltam a se encontrar para comemorar o aniversário do único deles que ainda mora por lá, Macu, brilhantemente interpretado por Caio Blat, o branco mais preto desta película. E a escolha não foi por acaso. Jeferson De realizou vários curtas antes deste projeto, sempre com apelo político. O realizador criou o *Dogma Feijoada*, um protesto contra a ausência de atores e cineastas negros

na atual safra do audiovisual brasileiro, especialmente em papéis sem estigma – título em alusão a *Dogma 95*, dos dinamarqueses Lars von Trier e Thomas Vinterberg.



DIVULGAÇÃO

[ECONOMIA VERDE]

Com as **próprias** pernas Colapso iminente do MDL e das negociações climáticas em Durban não deverá reverter envolvimento corporativo no tema **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

Ao longo de 2009, a avaliação das empresas mais avançadas no tema da sustentabilidade era a de que um fracasso das negociações para um acordo global sobre as emissões de gases-estufa na conferência do clima de Copenhague, a COP-15, causaria forte abalo na transição rumo a uma economia de baixo carbono. No entanto, o envolvimento da comunidade de negócios com a discussão climática não arrefeceu, como muitos analistas previram na época.

Mais que isso, a crescente participação de empresas em iniciativas climáticas e a expansão dos negócios com tecnologias limpas explicam por que um tão temido colapso no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto (MDL), cuja continuidade está associada diretamente às negociações do acordo global, não inverteria a rota ascendente dos investimentos em tecnologias limpas. A probabilidade de conclusão do acordo é baixa na conferência de Durban, na África do Sul, a COP-17, que ocorrerá de 29 de novembro a 9 de dezembro.

Apesar do cenário sombrio para o acordo global e o MDL, os governos estão montando um aparato regulatório com regras para a diminuição nas emissões, a exemplo da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Tal cenário regulatório explica em boa parte por que o setor privado fortaleceu sua atuação na temática, mesmo após o malogro de Copenhague.

Uma das evidências dessa tendência é o número de empresas que seguem a metodologia da versão brasileira do GHG Protocol em seus inventários de emissões – eram 27 na estreia do projeto, em 2008, e hoje já são 77.

Há inúmeras contradições nas ações das grandes empresas, como a batalha histórica do setor de energia para afrouxar regras no licenciamento ambiental. Mas é notório que a preocupação climática entrou no planejamento estratégico das companhias, que a avaliam como imprescindível para sua sobrevivência econômica. Atestam essa tendência empresas líderes em seus setores, tais como Votorantim Cimentos, Tractebel Energia e BRF – Brasil Foods.

“Um eventual fim do mercado para os créditos de carbono do MDL não teria grande impacto sobre nossa empresa”, analisa Patrícia Montenegro, gerente corporativa de meio ambiente da Votorantim Cimentos. Segundo ela, a empresa é uma das mais eficientes do mundo na gestão das emissões de gás carbônico no mercado de cimento, setor muito intensivo em carbono.

Entre 1990 e 2010, a Votorantim reduziu em

16% suas emissões de CO₂ por tonelada de cimento produzido, atingindo a meta antes do prazo de 2012 estabelecido pela Iniciativa do Cimento Sustentável (CSI, na sigla em inglês).

“Não estamos esperando por um acordo climático para tomar decisões sobre investimentos em energia renovável”, declara Luciano Andriani, diretor de comunicação e sustentabilidade da Tractebel Energia, controlada pelo grupo francês GDF Suez, que detém 50,1% do capital da controversa usina de Jirau, no Rio Madeira. Segundo Andriani, o último investimento em usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis foi efetuado dez anos atrás, quando a Tractebel colocou em operação uma planta a gás natural em Campo Grande.

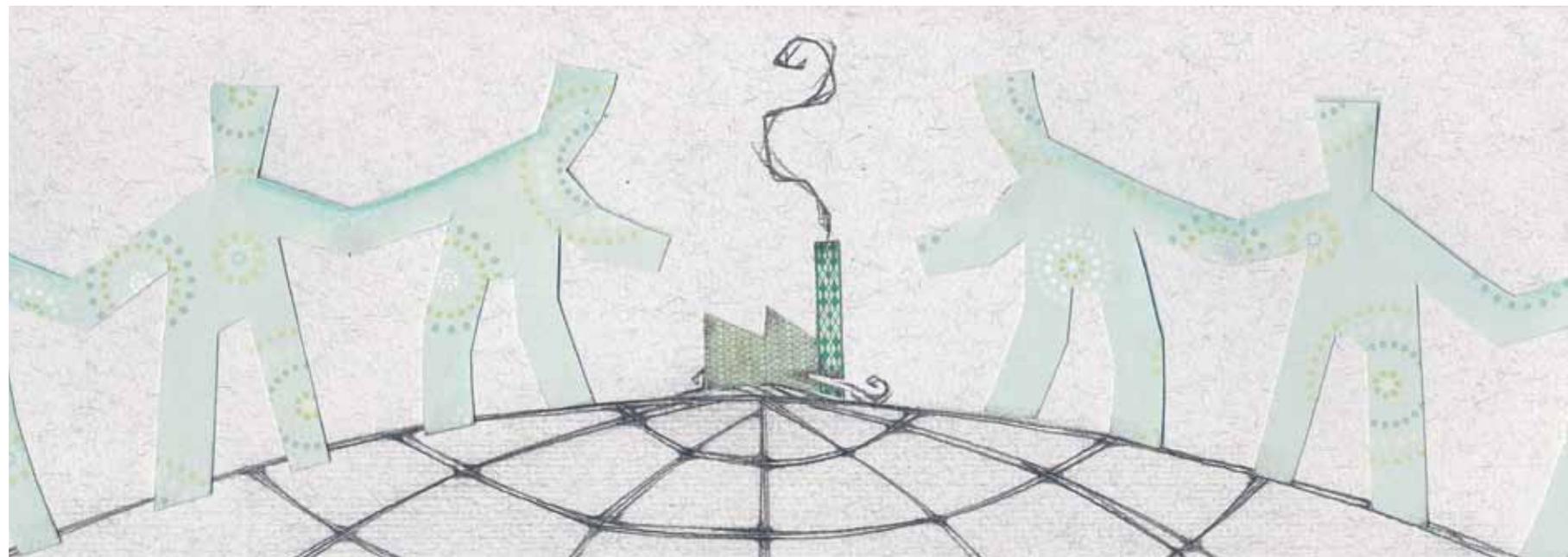
De lá pra cá, a empresa tem ampliado sua capacidade geradora apenas em usinas hidrelétricas médias e grandes e no que chama de fontes complementares – pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólicas e de biomassa, que somam hoje 160 megawatts (MW). Outros cinco parques eólicos estão sendo construídos no Ceará e Piauí, com investimentos de R\$ 630 milhões e geração prevista de 145,6 MW.

“O MDL nos permitiu conhecer melhor o tema das mudanças climáticas e despertou a empresa para os problemas acarretados pelas emissões de gases de efeito estufa”, reflete Marco Antonio Santos, especialista em meio ambiente e inovação da Brasil Foods (BRF), companhia derivada da fusão das operações da Perdigão com a Sadia. Foi a partir dos projetos do MDL com redução de emissões de metano na suinocultura, avalia Santos, que as duas companhias se tornaram bastante ativas na questão climática na comunidade corporativa.

A Sadia foi membro fundador da versão nacional do GHG Protocol em 2008 e informa dados de seu inventário de emissões ao Carbon Disclosure Project (CDP) desde 2006, segundo Santos, que destaca o crescente conteúdo renovável da matriz energética da BRF. Perto de 95% da energia direta consumida pela empresa provém de fontes renováveis, que não liberam gases-estufa na atmosfera.

“O MDL cumpriu papel pedagógico importante ao funcionar como elemento significativo na inserção do mundo corporativo brasileiro em iniciativas climáticas”, sintetiza Marina Grossi, presidente do Conselho Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (Cebds).

VEJA NA VERSÃO DIGITAL DESTA SEÇÃO EM FGV.BR/CES/PAGINA22 MAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS NO MDL DA VOTORANTIM CIMENTOS, TRACTEBEL ENERGIA E BRF-BRASIL FOODS.



O roteiro da eficiência energética

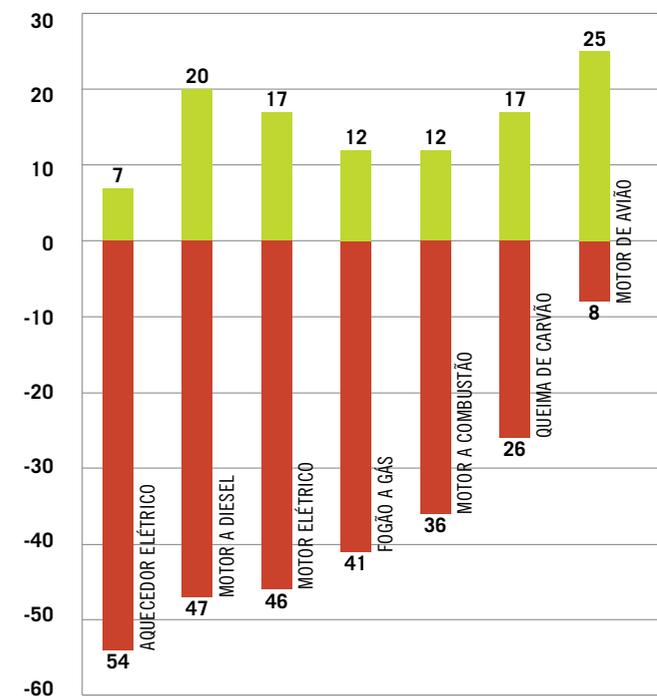
Economia no aquecimento elétrico equivale a 174 usinas como Itaipu **JULIANA ARINI**

Inovações tecnológicas que melhorem a eficiência de aquecedores residenciais, motores de carros e caldeiras industriais podem garantir uma boa economia de energia, de acordo com o relatório *A grande transformação tecnológica verde*, publicado em julho pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU.

Um aumento da eficiência de aquecedores elétricos em 7%, por exemplo, poderia evitar a perda de 54 exajoules, ou 15 milhões de gigawatts-hora (GWh) – uma economia equivalente a 174 vezes a produção anual da Usina de Itaipu, que disputa com a hidrelétrica de Três Gargantas, na China, o título de maior geradora mundial de energia hidráulica. O aquecimento residencial corresponde a quase 50% dos gastos com energia na Europa, continente em que alguns países enfrentam até seis meses de inverno rigoroso.

O documento informa, ainda, que a redução do uso de energia para equipamentos industriais, eletrodomésticos e automóveis é tão importante quanto o aumento na participação das fontes limpas na matriz energética. Mas o estudo é enfático no alerta sobre o efeito ricochete (ou rebote) – a utilização no consumo do dinheiro economizado com o aumento na eficiência energética. É preciso que os países, inclusive aqueles em desenvolvimento, adotem medidas que previnam o efeito rebote. O relatório está disponível em un.org.

A ECONOMIA DE ENERGIA QUE A EFICIÊNCIA PODE GERAR



■ AUMENTO NA EFICIÊNCIA (%) ■ ENERGIA ECONOMIZADA (EJ)*

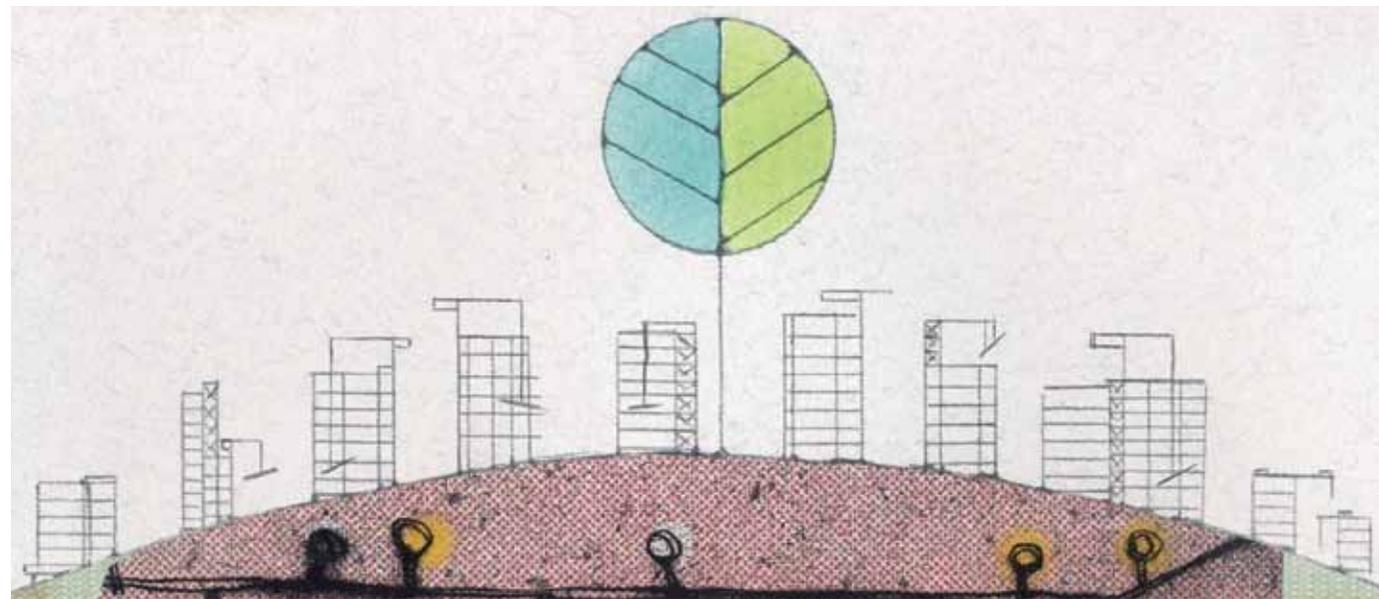
*UM EXAJOULE CORRESPONDE A 277.777,78 GIGAWATTS-HORA (GWH), OU 3,23 VEZES A GERAÇÃO ANUAL DA USINA DE ITAIPU

[ECONOMIA VERDE]

Área contaminada desafia construção civil

Fundo paulista poderá resgatar terrenos condenados por químicos perigosos,

inclusive para prédios verdes **JULIANA ARINI**



A polêmica sobre a interdição, em outubro, do shopping Center Norte e do conjunto habitacional Cingapura, na Zona Norte da cidade de São Paulo, desenterrou um problema até então esquecido: a utilização de terrenos contaminados por fábricas e lixões para a construção de prédios residenciais e comerciais.

Levantamento de 2008 do Ministério da Saúde revelou mais de 2.570 sítios contaminados no Brasil. Tudo indica, porém, que o problema é bem mais sério. Somente no território paulista, há 3.675 áreas contaminadas cadastradas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), segundo dados divulgados em dezembro de 2010. Trata-se de cenário pouco favorável às construções verdes, que se conectam a projetos de urbanização menos agressiva ao meio ambiente, com maior eficiência no uso de energia e materiais nas obras e aproveitamento da iluminação natural.

Para a arquiteta Adriana Levisky, do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS), até a forma de descontaminar essas áreas precisa ser reavaliada. “Precisamos buscar soluções de reabilitação que não comprometam outras áreas sãs. É comum remover o solo contaminado, deslocá-lo por longos percursos utilizando caminhões, estradas e combustível e depositá-lo em outro lugar, que vai receber essa contaminação de presente”, diz Adriana. “Lá, esse solo contaminado será incinerado, um contrassenso do ponto de vista da construção civil sustentável.”

Ela própria foi responsável por um projeto que buscou outras maneiras de lidar com as áreas contaminadas: a Praça Victor Civita, em Pinheiros, Zona Oeste da capital paulista. A área abrigou um antigo incinerador de lixo. A solução foi – após minuciosa análise sobre a suspeita de existir metano no subsolo – erguer uma construção suspensa em um deque de madeira reaproveitada.

“Não podemos esquecer que, antes de pensar em construções verdes, também temos de olhar para a questão da saúde pública”, adverte Fabio Feldmann, consultor ambiental e conselheiro do CBCS. Cem anos atrás, poucos sabiam dos efeitos negativos que seriam provocados por certas plantas industriais e lixões urbanos. Um exemplo é o projeto social Cidade dos Meninos, criado em 1946 em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Na mesma área do projeto, o Ministério da Saúde instalou em 1950 uma fábrica de hexaclorociclo-hexano (HCH), pesticida que era usado no combate à malária conhecido como pó-de-broca e classificado pela Agência de Proteção Ambiental (EPA), dos Estados Unidos, como possível cancerígeno e pela União Europeia como disruptor endócrino. A fábrica continua contaminando o solo e as pessoas, mesmo após ter sido desativada, em 1955. Substâncias perigosas como o HCH foram banidas e substituídas, mas o passivo ambiental das áreas permanece sem solução definitiva.

Uma possível fórmula para financiar a descontaminação do solo por substâncias químicas no Brasil poderá ser inspirada na Lei Estadual nº 13.577, de julho de 2009, uma tentativa de fazer a gestão e o condicionamento dessas áreas no Estado de São Paulo, liberando-as para novos empreendimentos.

A lei também estabeleceu o Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac), que será formado por orçamento proveniente de indenizações e 30% do valor de multas por infrações ambientais, além de doações. Órgãos públicos, empresas e pessoas físicas poderão pleitear recursos do Feprac para remediar áreas contaminadas, algo que pode ajudar também no emprego de preceitos das construções verdes, como os verificados na revitalização da Praça Victor Civita. Resta aguardar que o governo implemente a iniciativa.

"Down" Jones Sustainability

Índice perde dos principais indicadores do mercado acionário dos EUA **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

As ações de empresas listadas no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, na sigla em inglês) estão sofrendo mais que a média do mercado com o quadro adverso da economia mundial. Nos 12 meses encerrados em setembro, a versão global do índice acumulou retração de 10,35%. Foi um desempenho significativamente pior do que o registrado pelos dois principais indicadores do mercado acionário dos EUA.

Em igual período, o Dow

Jones Industrial subiu 1,01%, enquanto o S&P 500 recuou 0,86%. Na revisão anual do DJSI, Coca-Cola, Hewlett-Packard, FedEx e Microsoft foram algumas das 23 companhias removidas da carteira do índice, que é atrelado à Bolsa de Nova York.

Em contrapartida, foram excluídas 23 empresas e adicionadas 41 na carteira anual 2011/12, que teve início em 19 de setembro. A revisão inclui e exclui anualmente companhias que desempenham acima ou abaixo de seus concorrentes.

INDICADOR FINANCEIRO CONFIRA QUAIS FORAM AS MAIORES EMPRESAS ADICIONADAS E REMOVIDAS DO ÍNDICE DOW JONES DE SUSTENTABILIDADE EM SETEMBRO*

EMPRESA	PAÍS DE ORIGEM	SETOR
COCA-COLA CO.	EUA	ALIMENTOS E BEBIDAS
HEWLETT-PACKARD CO.	EUA	TECNOLOGIA
ENCANA CORP.	CANADÁ	ÓLEO & GÁS
ROYAL KPN N.V.	HOLANDA	TELECOMUNICAÇÕES
DENSO CORP.	JAPÃO	AUTOMOTIVO & AUTOPEÇAS

EMPRESA	PAÍS DE ORIGEM	SETOR
MEDTRONIC INC.	EUA	SÁUDE
SCHNEIDER ELECTRIC S.A.	FRANÇA	BENS INDUSTRIAIS E SERVIÇOS
SOCIÉTÉ GÉNÉRALE S.A.	FRANÇA	BANÇOS
WOOLWORTHS LTD.	AUSTRÁLIA	VAREJO
ZURICH FINANCIAL SERVICES AG	SUIÇA	SEGUROS

*ALTERAÇÃO NA CARTEIRA PROMOVIDA NA REVISÃO ANUAL QUE PASSOU A VALER EM 15/7/2011, SEGUNDO O CRITÉRIO DE CAPITALIZAÇÃO DE MERCADO REFERENTE ÀS AÇÕES EM CIRCULAÇÃO. FONTE: DJSI

ENTREVISTA PLÁCIDO COSTA

ÍNDIOS DRIBLAM ATRAVESSADOR E VENDEM DIRETO À MICHELIN

Um grupo formado por índios Rikbaktsa e Zoró, aliados aos seringueiros da reserva extrativista Guariba-Roosevelt e a pesquisadores das universidades federal e estadual de Mato Grosso, busca desde 2003 realizar tarefa complexa: criar um modelo de desenvolvimento alternativo no Noroeste de Mato Grosso, que preserve as últimas porções de floresta do Estado vice-campeão nacional de desmatamento (atrás do Pará). Em quase uma década, o projeto Pacto das Águas já comercializa castanha-do-brasil e látex com empresas como a Ouro Verde, do grupo Orsa, e a fabricante de pneus Michelin. Um dos coordenadores, o biólogo Plácido Costa, fala a PÁGINA22 sobre a iniciativa. **JULIANA ARINI**

O que motivou a criação do Pacto das Águas?

Nessa região, o modelo tradicional é o de supressão total da floresta para pastagens. Havia uma divisão na forma como os povos indígenas se relacionavam com os recursos para geração de renda: alguns, por falta de opção, permitiam a retirada de madeira de forma ilegal; e outros eram totalmente avessos a isso. Esse trabalho surgiu como alternativa de manejo e comercialização de recursos florestais não madeireiros.

Qual é o benefício econômico do projeto para esses povos?

Partimos de uma produção de 15 toneladas de castanha anuais coletadas por menos de 50 castanheiros da etnia Rikbaktsa. Essa produção era vendida a atravessadores por R\$ 0,50 a R\$ 0,70 o quilo. Hoje esse trabalho envolve quatro Terras Indígenas e uma reserva extrativista, com mais de 600 castanheiros e uma produção estimada de 180 a 200 toneladas na safra 2011/2012, que será comercializada a R\$ 2 o quilo diretamente com empresas como a Ouro Verde Amazônia e a Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer, e não mais com atravessadores.

E em relação à borracha, existem seringueiras nativas suficientes para atender a uma grande demanda industrial?

Atualmente temos 150 famílias manejando 30 mil seringueiras nativas. Mas o potencial é imenso. O Brasil consome ao ano em torno de 300 mil toneladas de borracha natural e produz apenas 200 mil toneladas (entre produção nativa e oriunda de cultivo). Além da qualidade superior do látex das seringueiras nativas, a borracha natural é a principal matéria-prima da indústria pneumática.

Como as comunidades indígenas lidam com a administração dos negócios?

O que temos imprimido nesse momento é um processo de cogestão na administração desses negócios, passando das formas de extrativismo clássico para a relação com empresas. Há muitos desafios e tropeços nesse processo de aprendizagem, mas o saldo é positivo. Cito como exemplo a associação indígena do povo Zoró, que, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), já pegou empréstimos sucessivos do Programa de Formação de Estoque de Alimentos e, nestes últimos oito anos, movimentou mais de R\$ 1 milhão, saldando os financiamentos de forma correta.

Esses negócios se autossustentam ou ainda dependem de algum apoio ou patrocínio?

A sustentabilidade financeira do negócio é uma meta perseguida diariamente. Parte significativa dos custos é subsidiada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Programa Petrobras Ambiental. Se levarmos em consideração os serviços ambientais que esses povos e terras indígenas prestam, como a emissão evitada de carbono e a manutenção da biodiversidade, verão que a conta paga é muito pequena.

O campo revelado

POR CAROLINA DERIVI FOTO CARLA BISPO

S seja na escala planetária, seja naquela da nossa vida cotidiana, velhos hábitos são difíceis de contestar. Depois de estabelecido, um *modus operandi* pode se transformar numa espécie de transe, em que qualquer variação da norma se assemelha a uma excentricidade. E é a nos acordar desse transe, quando a o assunto é a sustentabilidade no campo, que se dedica o professor da Esalq-USP, Carlos Armenio Khatounian.

Um dos maiores nomes da agroecologia no Brasil, Khatounian contesta a ideia de que só a agricultura empresarial é eficiente e bem-sucedida. Lembra que as propriedades menores e de trabalho familiar ainda são predominantes no mundo, com grande capacidade de adaptação aos soluções da economia e ao aproveitamento racional dos recursos naturais.

Mais que espaço e oportunidade, há necessidade de uma agricultura de base ecológica, especialmente em tempos de superpopulação, em que a segurança alimentar ascende ao topo dos problemas globais. No entanto, diz o professor, nenhuma inovação no âmbito das lavouras dará conta do recado se a humanidade não reformular, urgentemente, os padrões de sua própria dieta.



Carlos Armenio Khatounian é engenheiro agrônomo, professor doutor da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, e ph.D em agricultura sustentável pela Iowa State University for Science and Technology

Existe um receituário de agricultura sustentável capaz de alimentar o mundo todo?

Vou começar numa perspectiva histórica mais longa, para ser mais preciso. A nossa aventura enquanto espécie biológica começa há 150 mil anos atrás. Nessa trajetória, nós fomos sobretudo caçadores coletores. Só passamos a ser agricultores, em alguns lugares do mundo, entre 10 mil e 12 mil anos atrás. Então, a agricultura é uma maneira relativamente recente de nos relacionarmos com o meio ambiente.

Os vestígios da agricultura mais antiga revelam um sistema de derruba-e-queima. Muito antes de começarem as civilizações antigas, que desenvolveram a escrita, fizemos 5 mil anos pelo menos de derruba-e-queima. E foi só quando as áreas disponíveis nessas regiões tinham sido completamente degradadas é que nós passamos para a beira do rio. Para uma civilização primitiva, era praticamente impossível enfrentar a força de um rio, não tinha controle das cheias, que podiam levar todo um ano de trabalho.

Acontece que, nessas regiões onde surgiu essa agricultura hidráulica, a floresta não se recompunha. Então a agricultura ia deixando atrás de si um deserto. E, quando chegou o momento que não tinha mais área para fazer derruba-e-queima, eles não tiveram outra saída que não fosse descer para a beira dos rios. Então, o início da História já é marcado por uma crise ambiental derivada da agricultura, uma crise de desmatamento e desertificação.

O seu ponto é que a agricultura nasceu acoplada à degradação ambiental e permanecerá assim?

Então, o “permanecerá assim” é que é a pergunta. Agricultura e degradação ambiental caminharam juntas na História, inclusive nos países que hoje nós chamamos de desenvolvidos. É importante falar disso, porque existe uma ideia, mais ou menos disseminada, de que a agricultura que nós fazíamos 100 anos atrás era sustentável. Mas isso não é verdadeiro. Na verdade, a agricultura que nós estamos fazendo desde 10 mil anos é uma agricultura insustentável.

Associamos o padrão empresarial à modernização e o modelo familiar à baixa tecnologia. Isso não é verdadeiro

Vou colocar a pergunta de outra maneira: é verdade que só a grande escala e a monocultura são eficientes o bastante para alimentar um cenário de 9 bilhões de pessoas em 2050?

Essa pergunta é bem mais fácil de responder. Se você olhar a história da agricultura, o que predomina é a agricultura familiar. No livro *História das Agriculturas no Mundo* (de Mazoyer e Laurence Roudart), o professor da Universidade de Paris, Marcel Mazoyer, quantificou o número de agricultores do começo ao fim dos Novecentos. Em 100 anos, o número de agricultores na Europa foi reduzido a 10%. De cada 100 propriedades, apenas 10 restaram no ano 2000. No entanto, apesar de ter havido uma diminuição no número de propriedades, essa agricultura é essencialmente familiar. Nos Estados Unidos, e no Brasil também.

Quando a gente fala de Paraná, você pensa em agricultura familiar predominante. Mas, quando se fala em Mato Grosso, você pensa que é agricultura empresarial. Eu achei que isso seria parte da nossa conversa e levantei os dados do Censo. No Paraná, coisa de 75% a 80% das propriedades são tocadas com mão de obra familiar. E no Mato Grosso? Quanto você acha que seria? Dá um chute.

Quarenta por cento?

Vou te dar os dados do Censo: 75%. Isso porque as grandes unidades, com regime de mão de obra capitalista, são altamente instáveis. Nesse livro que eu menciono, o autor se propõe a seguinte pergunta: por que a agricultura europeia neste último século diminuiu em número, mas ao mesmo tempo continuou essencialmente familiar no uso da força de trabalho?

A resposta é relativamente simples. A agricultura passa por altos e baixos, como qualquer setor econômico, mas tem ciclos de preços mais ou menos previsíveis. Imagine que estamos falando de café. O café, hoje, está numa fase de preço alto, e nessa fase você consegue manter uma relação trabalhista de assalariamento sem problemas. Mas nós podemos voltar daqui a dois anos a um preço de café, não na faixa dos R\$ 500, mas na faixa dos R\$ 250, que é um valor histórico realista. Quando bater nesses R\$ 250, digamos que vai sobrar um limite de R\$ 50 por saca para a família sobreviver. Ela não vai ganhar muito nesse ano, mas vai manter o negócio, enquanto aquele sistema empresarial não tem como comprimir despesas. Não tem como dizer para o empregado que ele não vai receber 13º salário, porque o café baixou de preço. Na propriedade familiar, se o pessoal conseguir manter o negócio e pagar as despesas, mesmo que não sobre nada, está no positivo.

Por isso os empreendimentos de agricultura familiar são mais numerosos?

Por isso a agricultura familiar é uma atividade que reúne muito mais sustentabilidade do que a empresarial.

Inclusive econômica.

Sim. Esse é um ponto pacífico. A agricultura empresarial depende de preços mais elevados para se manter viva. E não é uma observação para um único país. É a observação do conjunto dos países hoje. Agora, isso não quer dizer que qualquer esquema de

agricultura familiar seja melhor que qualquer esquema de agricultura empresarial. O modelo familiar num padrão tecnológico muito baixo vai ter mais dificuldade.

Olhando a história da Europa, podemos refletir sobre a nossa. Nove em cada dez agricultores desapareceram. Esses foram os menos eficientes nessa estrutura de agricultura familiar. Menos eficientes porque ocuparam áreas marginais, com menor potencial de produção, ou porque não conseguiam uma reserva para aplicar na tecnologia. Enfim, as razões mais diversas. E esses acabam sendo assimilados pelos mais eficientes. Isso remete para uma grande questão, nas políticas públicas do Brasil. A gente deve estimular a agricultura familiar a se tornar mais eficiente enquanto tal, ou a gente deve estimular a agricultura empresarial?

O senhor tem essa resposta?

Não sou eu que tenho a resposta, é a História que dá. A História diz assim: é mais confiável aplicar na agricultura familiar.

Porque é mais adaptável, mais resiliente?

Sim. O Oeste do Paraná é uma agricultura modernizada e intensiva. Se você for para aquela região, você vai olhar e pensar: “Isso não é agricultura familiar”. Não é aquilo que você imagina, o sujeito passando fome e pedindo ajuda do governo. É uma agricultura familiar mais capitalizada, mais tecnificada, capaz de se desenvolver e passar por crises que a agricultura empresarial não consegue.

A origem da confusão que leva à pergunta que você fez – o que é mais sustentável, a agricultura empresarial ou a agricultura familiar? – é que normalmente nós associamos modernização ao modelo empresarial e o modelo familiar a um processo tecnológico aparentemente mais rudimentar. Mas os dados do Censo não embasam essa perspectiva. O Censo mostra que o grosso da agricultura brasileira é familiar, inclusive nos estados que a gente imagina que são da agricultura empresarial.

Então, quando se fala em agricultura sustentável, a questão é menos a escala e mais a técnica aplicada?

São as duas coisas. Essa pergunta poderia ser desmembrada assim: é possível fazer agricultura ambientalmente melhor em grande escala, ou isso tem de ser na escala dos pequenos? De novo, eu vou responder não o que eu acho, mas o que o mundo me apresenta. Se você for olhar agricultura de base ecológica, você vai encontrar desde propriedades medidas em vários milhares de hectares até propriedades medidas em poucos hectares.

A maior iniciativa de produção de açúcar orgânico no mundo é aqui no estado de São Paulo, em Sertãozinho, a Usina São Francisco (da empresa Native). Se não me engano, tem 13 mil hectares de cana orgânica. No Pará, a Agropalma tem 4 mil e poucos hectares de dendê orgânico. E assim há outros exemplos. Não são muitos, porque as propriedades destes tamanhos também são menos numerosas. Mas esses exemplos mostram que é possível fazer agricultura tecnologicamente melhor, no sentido do meio ambiente, em escala ampliada. Não tem nenhuma incompatibilidade.

Agora, para cada cultura existem os problemas específicos. Para algumas culturas nós dispomos de um estoque tecnológico

que permite fazer isso bem. Pra outras, o estoque tecnológico não é suficiente para ampliação de escala.

Tem outra coisa: na hora em que você amplia a escala, surgem problemas de administração. Uma área agrícola nunca é homogênea. Imagine um agricultor que tem uma terra mais seca em cima do morro, depois vem uma mais ou menos úmida, depois outra, abaixo, mais sombreada. Um agricultor pequeno consegue aplicar em cada pedaço desse terreno uma cultura mais adequada. Na parte mais sombreada e mais úmida, ele poderia plantar inhame. Na parte intermediária, feijão, milho. E, na parte mais seca, onde bate mais sol, talvez pudesse fazer um reflorestamento com eucalipto.

Em um sítio de 5 ou 10 hectares é lógico fazer isso. O agricultor tem condição de administrar e tem mais rendimento se fizer isso. Mas, se nós estivermos dentro de uma propriedade de 5 mil hectares de uma produtora de polpa de celulose, aí é impossível para ela, dada a sua dimensão, fazer essa administração de micro-sítios. Essa empresa vai plantar eucalipto em tudo, por uma necessidade de simplificação administrativa. Por conta disso, as propriedades familiares que trabalham em menor escala têm mais possibilidade administrativa de fazer um uso mais eficiente dos recursos naturais. Eu gostaria que houvesse centenas de usinas como a São Francisco no Brasil, em vez de ser uma só. Mas é mais fácil fazer isso numa escala de agricultura familiar.

Falta conhecimento, pesquisa?

A pesquisa agrícola organizada é um fato de 100 anos na história da humanidade. Os conhecimentos para utilização de adubos químicos estavam bem formatados em meados dos Oitocentos, mas até o fim daquele século praticamente não foram utilizados. Isso é um fenômeno do século XX. E, nesses 100 anos, o grosso da pesquisa agrícola foi direcionado aos insumos químicos.

A pesquisa de foco mais biológico tem uns 30 anos. Quando eu era estudante desta escola aqui (Esalq-USP), se você falasse de controle biológico de pragas, isso era filosofia. Um professor chegou a escrever isso numa prova minha, “o senhor é um filósofo”. E hoje não existe praticamente nenhuma cultura no Brasil sem alguma técnica de controle biológico de pragas.

Mas isso foi fruto de investigação. A cada dia estão surgindo coisas novas. Hoje você encontra insumos para uma série de coisas. Hoje tem um fungo, chamado “tricoderma”, que é comercializado para controlar doenças de raiz de planta, em lugar de aplicar um fungicida. Essas tecnologias vêm aumentando muito, mas elas ainda são muito poucas em face do tamanho do desafio.

Parece que o senhor está dizendo que, a depender de empenho em P&D, no futuro seria possível produzir todos os alimentos livres de agrotóxicos...

Sim e não. Se você for comparar hoje o rendimento quilos-por-hectare de culturas orgânicas e tradicionais, é quase o mesmo. Em alguns casos colhe-se mais, em outros um pouco menos. Em um levantamento feito nos Estados Unidos, uns cinco anos atrás, mostrou-se que a diferença era 5% a menos para os cultivos orgânicos, em média. O que é surpreendente, dada a falta de investigação.

Agora vamos voltar à questão de alimentos versus população. A

FAO faz previsões de que nós vamos chegar em meados do século ao redor de 9 bilhões de habitantes. Nós já passamos dos 7. Fazendo as contas, na virada dos anos 2030 para os 2040, seria necessário dobrar a produção de grãos para alimentar essa população. Acontece que nós não temos recursos – nem de solo, nem de água, nem de energia – para duplicar a produção.

Simplemente esses recursos não existem. Só tem um continente com grande possibilidade de expansão, que é a América do Sul, sobretudo no Brasil. Na Europa não tem, na América do Norte não tem, e na Ásia tem muito pouco. Quase toda a África, ao Sul do Saara, é semiárida. Para fazer produção nessas regiões, seria preciso irrigar. Podemos fazer um poço profundo e retirar água dali, ideia levada a cabo na China, na Índia e nos Estados Unidos, que são os três países que mais irrigam em regiões de semiárido.

Acontece o seguinte: a água que esses países estão extraindo do solo acumulou-se em tempos geológico passados. No tempo presente, chove pouco, então os aquíferos não são alimentados. O resultado é que a água é como um poço de petróleo. Vai-se esgotar. E isso já está acontecendo nesses três países. Não tem como.

E a agricultura, à medida que se tecnifica, consome mais e mais energia do petróleo. E, se você tem hoje qualquer flutuação no preço do petróleo, também há uma flutuação imediata nos preços dos alimentos. E os fertilizantes nitrogenados são totalmente dependentes do petróleo.

Fora todo o consumo energético com transporte, armazenamento...

Fora tudo isso. Nós podemos, num esforço, ampliar momentaneamente a produção, mas não temos como fazer esse salto enorme sustentavelmente. Pra piorar, estamos falando de incorporação de áreas agrícolas, mas o mundo também perde áreas agricultáveis anualmente. Se não me falha a memória, é da ordem de 5 milhões de hectares por ano. Não apenas temos capacidade limitada de avançar, mas estamos testemunhando a perda das áreas que antes eram utilizadas.

E por quê?

Por causa da sanilização e da desertificação.

Como consequência da agricultura convencional?

Sim.

Então, quais são as opções de que o mundo dispõe? Seria preciso rever o consumo de alimentos de origem animal, que puxa o consumo de água e grãos?

Então, este é o outro ponto. A Dinamarca consumia, na virada do milênio, na ordem de 1.400, 1.500 quilos de grãos por habitante ao ano. Isso significa quase 3 quilos de grão por dia. Não tem jeito de uma pessoa comer isso. Aqui no Brasil, a gente come cerca de 150 gramas de arroz por dia, comendo bastante. Essa produção está embutida no consumo animal.

Os dados médios da produção animal dos Estados Unidos – semelhante ao Brasil – mostram que para 1 quilo de frango são necessários mais ou menos 11 quilos de grãos. E, para 1 quilo de porco, são 22 quilos de grãos. O pessoal da indústria fala que gasta,

em média, 2 quilos de ração para fazer 1 quilo de frango. Mas isso é o animal vivo. Você não come pena, bico, osso, tripa. Outra coisa: a ração tem 12% de umidade. E a carne tem 80%. A comparação correta, então, seria se fosse eliminada a água. Quando você elimina a água, 1 quilo de matéria seca da parte comestível do frango custa 11 quilos de ração. É um custo absurdamente elevado.

Com esse padrão alimentar não dá para saciar o mundo?

De jeito nenhum. Nem com transgênico, nem com convencional, nem com orgânico. O resultado é que, queiramos ou não, nós seremos obrigados a mudar a nossa dieta.

Por isso o senhor respondeu “sim e não”.

Exato. A primeira parte era sim, é possível manter um nível bom de produtividade com a agricultura de base ecológica. Mas não tem jeito, nós vamos ter que mudar as nossas dietas. A pergunta que se pode colocar é quando isso acontecerá e se a humanidade vai enfrentar isso com guerra ou de uma forma discutida, negociada.

Uma guerra da carne?

Não é bem isso. Imagine que você está num churrasco. Tem lá uma saladinha de alface, tem vinagrete, tem pão, e alguém tirou um pedaço de picanha da churrasqueira e começou a fatiar. Para onde vai o pessoal? Para a picanha. Por que é que nós gostamos mais de carne? Se você olhar os problemas de saúde humana que nós enfrentamos hoje, estão bem ligados ao hábito alimentar. O consenso dos nutricionistas é o seguinte: estamos comendo muito produto de origem animal, muita gordura, muito açúcar e muito sal. Porque nós comemos mais essas coisas? A resposta é: porque é mais gostoso. Porque, evolutivamente, a gente tinha que desenvolver um pagamento fisiológico para uma necessidade da espécie.

Um pé de mandioca não corre. Um pé de tomate também não corre. Mas bicho corre. Para nós, era importante consumir carne, em determinado momento da nossa história evolutiva, porque a carne é um alimento mais completo do ponto de vista protéico. Mas para ter carne era preciso se esforçar muito mais. Então o pagamento fisiológico era um prazer maior. A mesma coisa vale para a gordura, para o sal e para o açúcar. Era muito menos disponível. Até 50 anos atrás, quase ninguém enchia a barriga de carne ou se empanturrava de doce.

Agora, imagine que você está em qualquer país democrático e um governante, entendendo os problemas que são advindos do consumo crescente de carne, decide impor restrições ao consumo, por impostos. Quando ele se eleger de novo? Nunca. Em nenhum país democrático essa proposta passaria. Os chineses, há 40 anos, consumiam quatro quilos de produtos de origem animal ao ano por cabeça. E hoje estão consumindo na ordem de 75, de 80 quilos. Quem vai falar para os chineses que não devem consumir carne? Um inglês, que já consome quase 150 quilos? Nenhum país, ou extrato social, tem reserva moral para impedir os outros.

Não tem saída para esse impasse?

Tem um grupo na Inglaterra que chegou à conclusão de que a única maneira de resolver esse problema é com o conhecimento

Não temos solo, nem água, nem energia para duplicar a produção. Simplemente, esses recursos não existem

do problema, com a redução voluntária do consumo de carne. É o Eat Less Meat.

Se chegar num momento em que determinado povo não consegue ter acesso a carne e outros continuam tendo acesso a quantidades maiores, você pode esperar que isso estoure na forma de conflito. Esse conflito pode ser, por exemplo, por causa de água. Para produzir grãos, para então converter em carne, você precisa de muita água. Em média, para 1 quilo de grão, você precisa entre 500 e mil litros de água. Porque as plantas também transpiram, não fazem fotossíntese sem transpiração.

Tudo isso não é só catástrofe. Eu acho que tem luz no fim do túnel, e bastante luz. Porque hoje a percepção é a seguinte: a mesma dieta que faz bem para o meio ambiente é a dieta que faz bem para a nossa saúde. Cereais integrais, um pouco de leguminosas, hortaliças e frutas, quantidades moderadas de produtos de origem animal, e quantidades limitadas de açúcar e de álcool. Essa dieta é perfeitamente compatível com uma situação de produção orgânica. Então, o desafio que se coloca é o seguinte: nós não resolvemos a segurança alimentar sem mudar os hábitos. E, ao resolver a questão alimentar, nós resolveremos também as questões de saúde.

Redirecionar a nossa dieta para produtos locais também faz parte dessa solução?

Claro. Vamos imaginar que a gente vai ficar nessa dieta recomendada pelos nutricionistas. Se o seu cereal integral for aveia produzida no Canadá e trigo produzido na Argentina, se as suas leguminosas são grão-de-bico produzido no México e lentilha no Chile, se as suas frutas são peras importada de Portugal... Bom, você já viu onde eu estou querendo chegar. Pode até ser orgânico, mas o gasto energético de transporte com isso é absurdo.

Tem toda a poluição da siderurgia para fazer esses meios de transporte. E comida humana é essencialmente perecível. Alguns cereais, menos. Mas para frutas e hortaliças, a escala é de dias, às vezes nem isso. Exige refrigeração, fungicidas e bactericidas para que esse transporte de longa distância se realize. Ao passo que, se você faz as coisas em esquema local, tudo isso se resolve com mais

facilidade. Se você comer hortaliças da região, frutas da época, isso vai mudando. Esse é o padrão da cultura orgânica de base local.

Mas isso envolve também o que se chama de “alimentos da terra”, propícios para a realidade ecológica de cada local?

Sim, são aqueles que naturalmente crescem melhor em determinado local. Uma cultura própria da região pede menos adubo e pode sair sem nenhum veneno. Porque essa cultura está adaptada àquela condição. Para produzir 20 toneladas de mandioca aqui no Brasil, o que a gente precisa? Nada. Precisa de trabalho. Mas, de insumos externos, nada. Então, para o ajuste da composição da dieta ao que é localmente possível de produzir, este é um passo fundamental. Mas isso só acontece quando a gente gosta de ser como a gente é.

No artigo “Breve história ambiental e sociocultural da alimentação no Brasil”, o senhor argumenta que a maior perda com a inserção de novas variedades agrícolas por aqui foi cultural...

É. E o lugar onde essa perda é mais forte no Brasil é a cidade de São Paulo. Eu sou paulistano. A cidade de São Paulo é o lugar em que os imigrantes recentes fizeram todo o esforço para negar as influências tropicais, a influência negra e nordestina, que de alguma forma era identificada como cultural e socialmente inferior.

Quando eu era criança, eu ia para o Nordeste e sentia falta de pão. Porque sou de origem armênia e lá o cereal de base é o trigo, tudo se come com pão. Mas no Nordeste o pessoal comia tapioca, comia inhame com manteiga, comia cuscuz de milho, bolo de mandioca. Se nós paulistas quisermos uma dieta tropical mais adaptada, teríamos que olhar mais para o vizinho.

Mas hoje, se você for a uma capital nordestina qualquer, o pessoal come pão com manteiga no café da manhã. O trigo foi-se introduzindo fortemente. E continua avançando. O Brasil é o maior importador de trigo. O nosso consumo é da ordem de 8 milhões de toneladas, e só produzimos entre 2 milhões e 3 milhões.

Se a globalização é irreversível, então esse nosso apetite por alimentos do mundo todo que a gente descobriu e passou a gostar não é também irreversível?

Eu acho que é irreversível. Mas a questão essencial é quantitativa. Quando eu como determinados produtos, eu me remeto a experiências minhas de vida. Quando digo que a gente precisa de uma readaptação ao biorregionalismo, não quero dizer que a gente tem de negar a diversidade das nossas origens. Mas que a gente tem de colocar essas necessidades culturais dentro da perspectiva da sustentabilidade.

A interação entre povos e culturas é desejável e o comércio é uma forma importante de interagir. Então, fazer uma macarronada uma vez a cada mês é uma coisa. Mas comer uma macarronada três vezes por semana é outra coisa. E comer todos os dias de manhã o pão de trigo que a gente tem que trazer de fora também.

Mas isso é outra história. Se, nesta conversa, você conseguir quebrar a mentira, o mito de que a eficiência está ligada à agricultura empresarial e de que a agricultura de sucesso no mundo é a empresarial, acho que já está de bom tamanho. 

Pequenos poderes

No topo da pirâmide empresarial, não parece tão difícil ganhar adesão para a chamada economia verde. O problema, agora, é convencer os outros 99%. A boa notícia é que começa a pipocar uma série de movimentos nesse sentido

POR FÁBIO RODRIGUES FOTOS LUCAS CRUZ

É inevitável que, ao ouvir falar dos esforços que empresas de porte global como uma Nike [1] ou uma Wal-Mart estão levando a cabo para tornar suas operações mais sustentáveis, o pessoal que há anos tem batalhado por um mundo melhor e mais equilibrado sinta um alívio danado no peito.

Chegar a esse ponto em que os vilões do passado começam a fazer publicamente o *mea-culpa* e a rever suas maneiras de atuar foi meio como escalar o Everest – um esforço extenuante e que parecia não ter mais fim. O problema de chegar ao topo da montanha é que ainda falta encarar a descida e – como qualquer bom montanhista sabe – é justamente essa a parte mais perigosa. No caso em questão, convencer e engajar o 1% que está no zênite do empresariado global provavelmente vai parecer uma barbada quando comparada ao desafio de envolver as incontáveis hordas de micros, pequenos e médios empresários nos outros andares da pirâmide produtiva.

Para se ter uma ideia mais exata do tamanho da encrenca, convém refrescar a memória. Publicada na edição de número 24 de PÁGINA22 – há menos de três anos, portanto –, a reportagem “Para fora da bolha” abriu justamente contando o caso do cacique Paulo Cipassé Xavante, que, depois de passar três dias inteiros escutando um bando de especialistas esmiuçar os riscos do aquecimento global e as entranhas do mercado de carbono em um seminário voltado para pequenos agricultores de Mato Grosso, levantou e perguntou o que exatamente era o tal do carbono com o qual aqueles brancos estavam tão preocupados.

Para os padrões urbanos, a dúvida do cacique é inconcebível, mas desnuda o tamanho do abismo sobre o qual será preciso saltar. Não que tenhamos de dar aulas de ciências básicas para todos. Mas, quanto antes perdermos a ilusão de que estamos todos na mesma página, tanto melhor!

[1] Saiba mais sobre a conversão da Nike lendo a entrevista “A Grande Virada”, com Hannah Jones, vice-presidente de Negócios Sustentáveis e Inovação da companhia, na edição 47

São os grandes compradores que levam os pequenos a novas práticas. Mas o ideal é que esse trabalho seja criado em conjunto

GIGANTES EM NÚMEROS

Há nada menos que 5,8 milhões de micros, pequenas e médias empresas (MPME) espalhadas pelo Brasil, segundo o levantamento do *Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2009*, publicado no ano passado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – enquanto as grandes não somam 18 mil [2]. E esses dados só contam as empresas formais. Há um número bem maior de micros, pequenas e médias escondidas sob a linha d'água da informalidade.

Juntas, empregam mais 17 milhões de brasileiros – 60% da força de trabalho do País – e respondem por um terço do PIB. Em outras palavras, se for mesmo para a tal economia verde que vai ser debatida na Rio+20 sair do papel, então, será preciso dar um jeito para que essa turma toda passe a levar a sustentabilidade em conta na hora de fechar negócio.

Logo de saída, é preciso ter em mente que esse grupo corta um dobrado só para ficar de portas abertas. Dados do Sebrae apontam que 31% das empresas naufragam no primeiro ano e 60% delas não chegam a completar o quinto aniversário. Não é de estranhar, portanto, que os empreendedores desconfiem de qualquer coisa que não ajude no caixa.

Superar essa reticência é um primeiro passo. “O empresariado pequeno e médio vive uma situação bastante difícil e ainda não despertou para a importância

da sustentabilidade. A sobrevivência vem antes”, relata Milton Luiz de Melo Santos, que ocupa a direção da **Nossa Caixa Desenvolvimento**.

Não é que sejam ambientalmente insensíveis. “O empresariado não é diferente da sociedade. Se a sociedade reflete a temática ambiental, ele também”, pondera a empresária Eliana Pinheiro Belfort Mattos, atual diretora do Comitê de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Atuando na área desde 1984, ela sabe que os empresários vivem em um mundo que parece um exercício ininterrupto e hipertrofiado do **dilema do prisioneiro**, que os obriga a serem pragmáticos e zelosos de sua competitividade. “Se ele tiver um resultado melhor ou se seus competidores estiverem adotando práticas sustentáveis, então ele também vai adotá-las”, diz.

QUEBRANDO A INÉRCIA

É uma postura que cria uma armadilha do tipo “ovo e galinha” difícil de quebrar. “Há uma relutância grande de ser o primeiro, porque a sustentabilidade exige investimentos que não dão retorno imediato”, avalia o engenheiro britânico e consultor da Gestão Origami, Richard Wightwick. Mesmo reconhecendo que o empresariado é formado por gente disposta a correr riscos e em que “sempre aparece alguém esticando o pescoço para chegar na frente”, Wightwick acha que falta aos pequenos musculatura o suficiente para lançar tendências de mercado, e isso os inibe de tentar.

Após 30 anos de experiência na diretoria de bancos internacionais, Wightwick fartou-se do mundo das finanças. Apaixonado pelo tema da sustentabilidade, ele resolveu reorientar sua carreira e, durante o processo, acabou aceito em um programa de pós-graduação da renomada Universidade de Cambridge, onde pesquisou como as MPME têm se relacionado com as questões da responsabilidade social empresarial (RSE) e ambiental [3].

Wightwick tem dúvidas de que elas estejam aptas a liderar a transição em direção a práticas mais verdes. “Os pequenos não conseguem influir sobre as tendên-

cias do mercado. Nesse sentido, acho que sempre serão seguidores”, opina.

A gerente de sustentabilidade do Citibank no Brasil, Daniela Stucchi, aponta em direção parecida. Para ela, o cerne dessa questão está nas grandes empresas, porque são estas que detêm o poder de compra. “São os grandes compradores – como as corporações e os governos – que determinam o que será produzido e como”, afirma.

Pode ser que o empurrão que faltava para tirar as MPME do repouso esteja a caminho. Como a **direção da Zara** descobriu recentemente, ganha corpo a noção de que as grandes empresas têm responsabilidade sobre suas cadeias produtivas. “Os grandes compradores estão usando sua força financeira para movimentar sua cadeia da mesma forma como o Poder Público vem fazendo ao determinar que só fecha contratos com quem atenda a critérios de sustentabilidade”, explica a coordenadora do Programa de Consumo Sustentável do GVces, Luciana Stocco Betiol. Como prova disso, ela destaca que as empresas que fazem parte do **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)** são incentivadas a desenvolver inovação e soluções juntamente com seus fornecedores. Mario Monzoni, coordenador do GVces, defende esse trabalho em conjunto como uma forma mais justa e equilibrada de operar, uma vez que o poder de barganha das grandes empresas em relação às pequenas é muito assimétrico.

A adesão de pequenos e médios negócios às novas práticas deve ser facilitada pela norma ISO 14005 brasileira, que permitirá a implementação de sistemas de gestão ambiental por etapas. Haroldo Mattos de Lemos, superintendente do Comitê de Gestão Ambiental da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Lemos é um dos principais nomes no processo para a definição dessa nova norma da International Organization for Standardization (ISO).

As grandes não estão fazendo isso de forma gratuita. No fundo, estão apenas repassando as cobranças que vêm recebendo dos consumidores por meio de sua cadeia produtiva. “Acho que essa é uma tendência irreversível. Só que é difícil dizer se ela está avançando a galope, trote ou se arrastando”, adverte Wightwick.

BASTÃO E CENOURA

É evidente que a mudança não se dará apenas na base da ameaça. A compreensão de que a sustentabilidade é importante está se disseminando rumo à base. “Vejo isso cada vez mais em conferências e congressos. Qualquer que seja o assunto, sempre tem uma palestra sobre sustentabilidade. Existe um enorme interesse sobre como isso afeta as empresas e vai chegar o momento em que isso vai estourar”, diagnostica Wightwick.

A mera expectativa de que a situação esteja chegando ao ponto de inflexão tem feito coisas interessantes acontecerem. Desde março de 2009, a Nossa Caixa Desenvolvimento possui a linha Economia Verde, que oferece crédito mais barato – 0,49% ao mês mais IPC – e prazos espichados para pequenas e médias empresas paulistas com projetos de redução das emissões carbono. A linha ainda não decolou: até o momento, os empréstimos somam só R\$ 1,8 milhão. “Essa demanda nos leva a concluir que essas empresas ainda não colocaram a adoção de práticas ambientais como prioridade”, reconhece, contrafeito, Melo Santos, diretor-presidente da agência de fomento.

O problema, segundo Mattos de Lemos, é que os pequenos negócios ainda estão muito apegados ao paradigma dos anos 70, que via apenas custos nos critérios

▲ A Agência de Fomento Paulista/Nossa Caixa Desenvolvimento foi criada em março de 2009 pelo governo do estado de São Paulo para estimular as pequenas e médias empresas paulistas com oferta de crédito em condições mais favoráveis. Apesar do nome, a agência não tem nenhuma relação com o banco comprado pelo Banco do Brasil em 2008

▲ O dilema do prisioneiro é um cenário clássico da Teoria dos Jogos, na qual um jogador pode ganhar se escolher trair os demais jogadores, mas todos os jogadores podem ganhar ainda mais caso colaborarem entre si. O problema é que as decisões de cada jogador devem ser tomadas sem saber das escolhas dos demais

▲ Em agosto passado, a grife de origem espanhola meteu-se em um escândalo quando várias das confecções que fabricam roupas da marca em São Paulo foram flagradas usando trabalho escravo de imigrantes bolivianos

▲ Índice criado pela BM&FBovespa composto exclusivamente de ações de empresas que atendam a determinados critérios de responsabilidade social e ambiental

O Sebrae lança centro de sustentabilidade, a Finep busca a inovação verde e o Citibank trabalha com as cadeias de valor

▲ Venture Capital é uma modalidade de investimento de alto risco fornecida a empresas de bom potencial, mas que se encontram em estágios bastante preliminares de organização

ambientais. “Só bem mais tarde é que se começou a perceber que os processos de produção podem ser modificados para reduzir desperdícios. Hoje você encontra empresas que têm boa gestão ambiental, porque isso se torna mais competitivas”, diz.

“Ainda falta uma sinalização dos benefícios que eles vão ter”, avalia Luciana, do GVces, que vem contribuindo com um projeto de mapeamento sobre o tema para orientar o trabalho do Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS), fundado em abril passado. “As micros e pequenas terão de se regularizar. Para isso, elas precisarão saber o que é sustentabilidade e como podem atuar. O Sebrae entendeu que teria um papel para cumprir aí”, conta.

O diretor-técnico do Sebrae, Carlos Alberto dos Santos, explica que a ideia de fundar o CSS surgiu da percepção de que sustentabilidade está se tornando um fator de competitividade. Há dois componentes distintos:

os esforços na racionalização do consumo de energia e de insumos, que se traduzem em menores custos de produção, e os clientes cada vez mais exigentes – há quem tope pagar 10% a 20% a mais por produtos ecologicamente corretos. “Os pequenos empresários precisam perceber o potencial desse mercado e que é um bom negócio ser sustentável”, anima-se Santos.

Mas, uma vez vencida essa barreira, Santos confia que as MPME não terão tanta dificuldade para fazer suas transições quanto as grandes tiveram. “Os pequenos negócios são flexíveis e transitam para novos modelos com bastante velocidade”, aponta. Luciana Betiol concorda com o prognóstico. “Elas não precisam mover grandes estruturas. Então, desde que tenham acesso adequado à informação, as micros e pequenas têm uma velocidade de resposta bem melhor”, arremata.

DE OLHO NO GRANDE CLIENTE

Tem mais gente trabalhando para levar adiante essa noção. Há alguns anos a Fundação Citi – braço social do Citibank – vem colocando recursos em ações no que a superintendente de assuntos corporativos do Citibank no Brasil, Priscilla Cortezze, chama de “empreendedorismo sustentável”. “Temos programas voltados para *startups*, para negócios mais estruturados e para geração de renda”, explica.

Até o fim deste ano, uma parceria entre o banco e o GVces lançará um novo programa, chamado Inovação e Sustentabilidade na Cadeia de Valor. A ideia é descobrir

pequenas e médias empresas com produtos e serviços inovadores nas áreas ambiental e social e ajudá-las a fechar contratos com grandes corporações. Segundo a gerente de sustentabilidade do Citibank, Daniela Stuchi, o resultado será potencializar novos “ecossistemas econômicos com inclusão social e preservação ambiental”. “Nosso entendimento é o de que os investimentos devem ir para organizações com o potencial de formar tais ecossistemas”, conta.

Não é a primeira investida do Citibank. Desde 1999, o banco é um dos apoiadores globais do New Ventures, um programa que incentiva novos empreendimentos com DNA verde ajudando-os a refinar planos de negócios e encontrar investidores. Em 2002, o programa ganhou uma versão brasileira que, em nove anos, potencializou seis empresas verdes nacionais.

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) também tem olhado atentamente para o potencial da sustentabilidade nas MPME. Há anos, a entidade inclui o impacto ambiental e social entre as variáveis que seus técnicos analisam para aprovar financiamentos e, em seu edital de Subvenção Econômica à Inovação de 2009, nada menos de R\$ 50 milhões foram para uma legenda chamada “desenvolvimento social”. Para o economista Eduardo Lopes, isso vai bem ao encontro do que a entidade foi criada para fazer – fomentar a inovação. “A economia verde exigirá nada menos que uma revolução tecnológica. E evolução tecnológica é a nossa missão”, diz ele, que hoje ocupa o posto de superintendente substituto da Área de Investimentos da Finep.

O economista garante que não para por aí, e que a Finep tem feito o possível para incentivar a cultura do **venture capital** ▲ no Brasil. “A gente acredita que essa é uma ferramenta muito importante para alavancar empresas inovadoras no Brasil”, completa, lembrando que uma parcela considerável das empresas que os procuram almeja alavancar negócios que, de uma forma ou de outra, produzem impactos socioambientais positivos. “Uma delas está desenvolvendo um processo que aumenta o prazo de conservação de alimentos e outra implantou uma tecnologia que reduz o desperdício de madeira na construção civil”, exemplifica.

Apesar de o mercado ainda emitir sinais um tanto contraditórios, parece claro que existe uma janela de oportunidade que pode ser bem aproveitada pelas MPME. Carlos Alberto dos Santos, do Sebrae, não tem dúvidas de que logo a boa vontade dos consumidores para com as empresas responsáveis será substituída pela intolerância para com as irresponsáveis. “Em mais alguns anos, haverá um movimento de ‘punição’ às que não forem ecoeficientes. Quem inovar agora vai embolsar um bom prêmio e também se adiantar a essa mudança”, finaliza.

O desafio é conseguir colocar toda a pirâmide na mesma página. ■■

O empreendedorismo social

De uns tempos para cá, uma nova estirpe de empresários tem capturado manchetes e a atenção: os chamados empreendedores sociais. Essa turma, bem servida de pequenos negócios, acredita que as empresas podem fazer muito mais do que gerar lucro.

O conceito foi criado pelo ativista americano Bill Drayton, que, em 1980, fundou a organização Ashoka. Mônica de Roure, diretora da Ashoka no Brasil, explica que criar negócios pode ser uma maneira efetiva de transformar a realidade social, reduzindo a pobreza e empoderando grupos socialmente fragilizados – como mulheres e populações tradicionais. Só que não basta adotar boas práticas sociais para caber na definição. “Em uma empresa tradicional o objetivo é o lucro, enquanto em uma empresa social o resultado é o impacto social positivo”, explica.

É uma diferença sutil, mas que tem consequências de longo alcance sobre o que a empresa produz, como ela trabalha e investe seus resultados. “Não estou dizendo com isso que ter uma empresa tradicional seja maléfico, apenas que as metas são diferentes”, diz Mônicas.

Fundada em abril de 2008, a Sementes de Paz entrega gêneros alimentícios orgânicos em casa. Segundo um de seus fundadores, Omar Haddad, o projeto nasceu na forma de uma cooperativa de consumidores para comprar orgânicos a preços mais baixos, direto dos produtores. Mas logo alguns deles perceberam que havia aí uma boa oportunidade de negócio.

“A diferença está no nosso objetivo, que é gerar investimentos para a cadeia de comércio justo e da agricultura responsável. Também temos um modelo de governança corporativa diferenciado, porque nossa formação de preços é totalmente transparente”, explica Omar, acrescentando que a maior dificuldade não é trabalhar de forma responsável, mas arcar com todos os custos de se manter formalizado. “Para os pequenos, ser formalizado é muito difícil”, reclama.



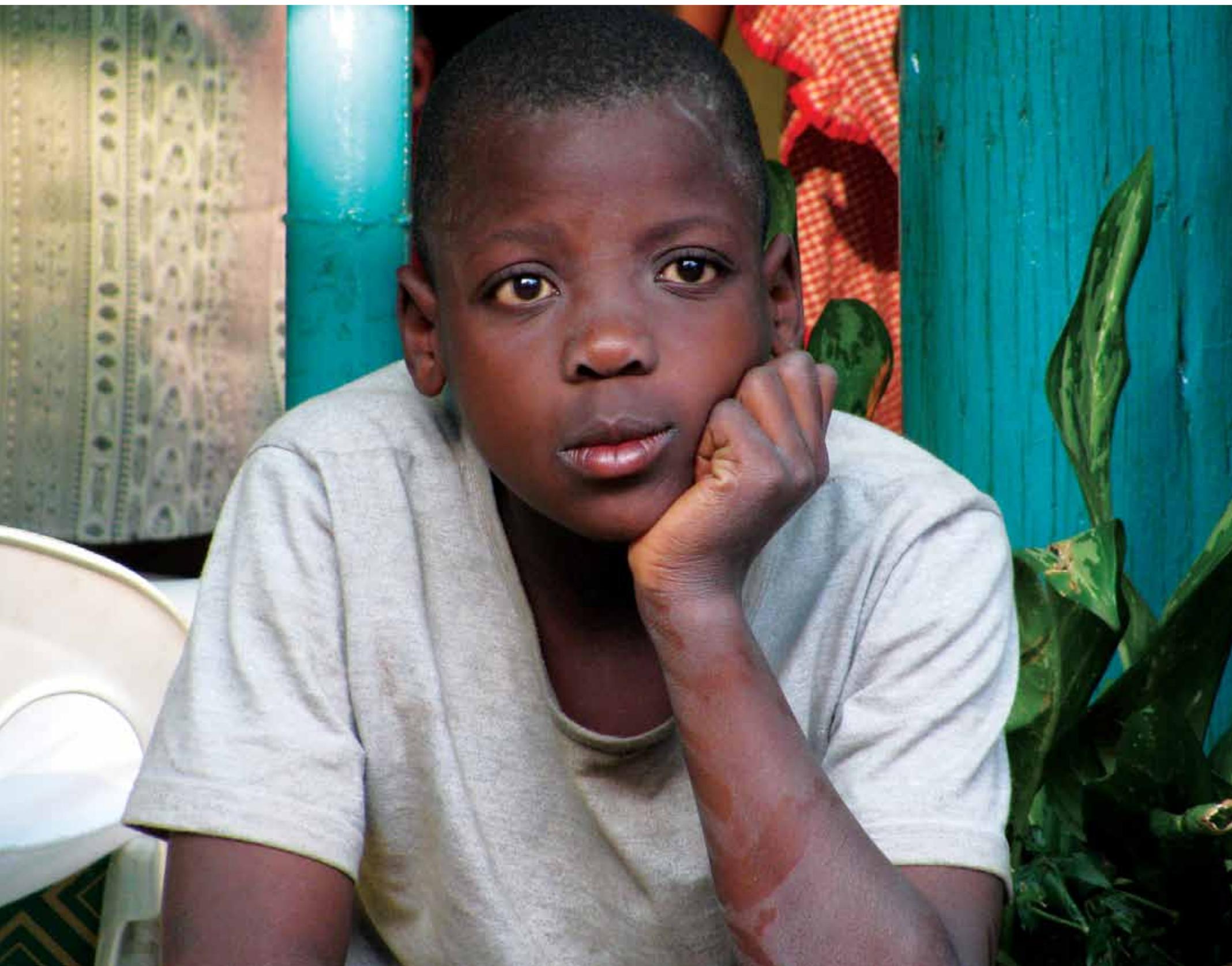


Todas as feiras

FOTOS EDSON LUCIANO TEXTO ANA CRISTINA D'ANGELO

A feira livre resiste. Ainda bem. E viva a feira brasileira, porque aqui a gente gosta é de apertar a fruta, pegar na verdura, na mão do feirante, dar bom dia, levar cantada. Nada da assepsia das grandes redes de varejo. A feira é a estética do convívio, a economia mais criativa. E olha que vem de longa data. É o que restou saudavelmente do escambo original, do olho no olho, da confiança na troca. A feira nos devolve o essencial e transporta ao que dá corpo e alimenta o desejo humano: o encontro, entre cores, texturas, gente, o passeio entre barracas oferecido pelas fotos de Edson Luciano. Uma sociabilidade que alimenta os sentidos e ainda vai pra mesa. **ZZZ**





Ajuda em xeque

A África já recebeu quase US\$ 700 bilhões de países desenvolvidos e instituições financeiras. No entanto, como a pobreza e a dependência permanecem, será preciso seguir outros caminhos, desde que traçados pelas próprias nações africanas

TEXTO E FOTOS AMANDA ROSSI

A ajuda oficial à África está chegando à meia-idade e vive uma crise existencial. Formulada há exatos 50 anos, ela hoje é alvo de críticas severas: não teria sido eficaz no combate à pobreza nem na promoção de um desenvolvimento inclusivo, além de não ter permitido que os países africanos se tornassem independentes dela própria. Não bastassem as críticas, a ajuda corre o risco de diminuir, devido à crise na Europa e nos Estados Unidos, e enfrenta o contraponto de outras formas de cooperação, como a Sul-Sul. *(mais na versão digital desta reportagem)*

A ajuda em questão não é o auxílio alimentar para mitigar a fome, como a que hoje assola o Chifre da África, nem as contribuições individuais por meio de ONGs. Trata-se da ajuda financeira que países ricos e instituições multilaterais como Banco Mundial e FMI transferem anualmente e de forma coordenada para os governos africanos. Até hoje, já foram concedidos US\$ 697 bilhões, na forma de doações, créditos especiais e perdão de dívida, e em troca do cumprimento de condições econômicas, políticas e sociais. É a chamada ajuda oficial ao desenvolvimento.

A África vive um momento de transição. No final deste mês de novembro, o modelo de ajuda oficial vai sentar-se em um divã em Busan, na Coreia do Sul, no 4º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda. Lá, dirigentes dos países ricos e de instituições financeiras vão tentar encontrar um novo papel para ela, “que empregue abordagens inclusivas e inovadoras para combater problemas de desenvolvimento contemporâneos”.

POBREZA PERSISTENTE

Entre 1981 e 2005, a incidência da pobreza caiu de 70% para 47% da população, no conjunto dos países em desenvolvimento. Já na África Subsaariana, a mudança foi pífia: de 54% para 51%, segundo os Indicadores Mundiais do Desenvolvimento de 2010. Isso significa que, em números absolutos, a quantidade de miseráveis dobrou, devido ao aumento populacional do período. “Um fracasso total”, criticou o secretário-geral da Unctad, órgão de comércio das Nações Unidas, Supachai Panitchpakdi, em reunião do Painel de Comércio e Desenvolvimento.

Esse péssimo resultado se deu, apesar do elevado crescimento econômico africano na última década, de, em média, 6% ao ano de 2002 a 2008. Mas isso “não serve ao interesse das pessoas e elas não vão dizer que eu como o crescimento econômico, eu visto o crescimento, eu durmo com o crescimento econômico”, afirmou o economista moçambicano Carlos Nuno Castel-Branco, na ocasião da maior revolta popular já vista pelo país (foto ao lado).

Convocada por mensagens de celular, que se espalharam como vírus em Maputo, capital do país, a população compareceu às ruas no início de setembro de 2010, para protestar contra o aumento do custo de vida e a miséria. “Moçambicano, prepara-te para a greve geral em 1º/9/2010. Protestamos contra a subida do preço do pão, água, luz e diversos. Envie para outros moçambicanos. Despertar”, diziam os SMS. Homens, mulheres e crianças enfrentaram uma polícia armada de AK-47, antecipando um período de protestos globais contra um desenvolvimento incapaz de incluir e satisfazer a maioria da população.

A ajuda oficial ao desenvolvimento também cresceu: era de US\$ 1,5 bilhão em 1961 e atingiu US\$ 43 bilhões em 2008, segundo dados da OCDE. Naquele ano, somente a África Subsaariana recebeu US\$ 39 bilhões, ou US\$ 47 para cada habitante.

CAUSAS MÚLTIPLAS

Por que, após 50 anos, a ajuda ao desenvolvimento da África não obteve êxito? Não existe resposta definitiva, mas uma variedade de hipóteses. Uma das mais fáceis é a corrupção. Sem dúvida há um problema de desvio de fundos. No índice de percepção da corrupção da Transparência Internacional de 2010, os países africanos ocupam metade das posições do top 10. Mas essa questão não pode explicar por si só por que a ajuda oficial à África não obteve melhores resultados.

A forma pela qual a ajuda se distribui entre os diferentes países e como é gasta também oferece respostas importantes para sua baixa eficácia. “O problema é que a ajuda não vai necessariamente para os países menos desenvolvidos. Geralmente são escolhidos aqueles países em que os doadores têm mais interesses por motivos estratégicos”, diz a pesquisadora Radhika Lal, conselheira política do Centro de Políticas Internacionais para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Além disso, a ajuda teria falhado porque não expandiu as capacidades produtivas dos países africanos, aponta a Unctad. Por outro lado, a tal ajuda teria estimulado um crescimento baseado no aumento da extração de recursos naturais com capital estrangeiro, o que não beneficiou a maioria da população. “Não há nada a se orgulhar. Na verdade, isso tornou os países menos desenvolvidos altamente dependentes de certas commodities”, disparou Panitchpakdi.

Foi o que ocorreu, por exemplo, em Moçambique. No acumulado de 2003 a 2009, seu PIB cresceu impressionantes 55%, resultado baseado principalmente em grandes projetos extrativistas financiados com recursos externos. Por outro lado, o país não distribuiu renda e a incidência da pobreza absoluta se manteve inalterada em 54% da população. Tomando por base o crescimento não inclusivo, o secretário-geral da Unctad define: “Nós precisamos de novos modelos de desenvolvimento”.

A comunidade internacional doadora tem sua parcela de culpa. Isso porque, desde que os aportes começaram a fluir, ela impôs condicionalidades para o envio do dinheiro que foram determinantes para o tipo de desenvolvimento obtido. “A ajuda normalmente vem com condições e, nas últimas três décadas, estas têm sido neoliberais”, explica Joseph Hanlon, pesquisador britânico e autor de *Há mais bicicletas, mas há desenvolvimento?*

No início, os países que quisessem beneficiar-se eram obrigados a aderir ao FMI e ao Banco Mundial, assim como aplicar reformas na economia. A receita geral incluía austeridade fiscal, controle inflacionário, redução do tamanho do Estado e criação de reservas. Hoje, não existe mais uma vinculação direta entre o fornecimento da ajuda oficial e a adesão às instituições financeiras – apesar de as condicionalidades ainda serem, em grande medida, neoliberais, segundo Hanlon.



A corrupção é a explicação mais fácil para o insucesso. Mas há várias causas, como a inibição das capacidades produtivas

A partir dos anos 2000, quando foram lançados os **Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**, o combate à pobreza ganhou mais destaque que as medidas de austeridade econômica. Em 2008, veio uma nova transformação: os doadores assinaram a Declaração de Paris pela Efetividade da Ajuda, que estabelece metas para torná-la mais eficiente. Um de seus pilares é o respeito às metas e objetivos nacionais.

Assim, em tese, os países africanos que desejem estimular um crescimento inclusivo podem encontrar na ajuda oficial um parceiro para conquistar seus objetivos, comenta Radhika. Mesmo assim, ficam sujeitos às condições dos doadores.

Em Moçambique, eles fizeram greve em 2010 porque estariam insatisfeitos com o desenrolar das eleições presidenciais de 2009 e o baixo comprometimento do governo com o combate à corrupção. Coincidência ou não, alguns meses depois foram tomadas medidas que iam ao encontro de seus interesses e o país voltou a receber a ajuda – que correspondia a nada menos que 40% do orçamento de Estado.

PERTENCIMENTO E AUTONOMIA

“É importante ressaltar que os países africanos precisam da ajuda. Então não é caso de pensar se deve existir ou não. Mas a ajuda tem sido mais eficiente em países que puderam colocar em prática suas próprias políticas, como Ruanda”, diz Hanlon. O atual presidente do país, Paul Kagame, é uma das vozes mais ativas contra a ajuda internacional. Para ele, é necessário superar a necessidade de recebê-la, através do desenvolvimento interno da economia.

“Apesar de a parceria com a comunidade internacional ser importante, os africanos precisam encontrar soluções definitivas para seus próprios problemas de paz e segurança e tomar os assuntos de

desenvolvimento nas suas próprias mãos”, disse o presidente de Ruanda, em um evento no fim de outubro.

As ideias de Paul Kagame estão em sintonia com as da economista da Zâmbia Dambisa Moyo, que ganhou notoriedade com o livro *Dead Aid* (Ajuda Morta). Um dos seus principais argumentos é o de que a ajuda internacional danifica a relação do governo com seus cidadãos, porque sua preocupação maior é responder aos doadores, que são quem provém os fundos de que precisa para se sustentar no poder, e não à população.

Uma das medidas para estimular a economia interna, como propõe Kagame e Dambisa, é aumentar a produção manufatureira e o processamento nacional de matéria-prima. Porém, é preciso enfrentar a concorrência desleal dos produtos dos próprios países doadores. Segundo dados obtidos pela revista *The Economist*, só em subsídios e tarifas alfandegárias para agricultores, Estados Unidos, União Europeia e Japão gastaram US\$ 219 bilhões, em 2008, oito vezes mais do enviaram em ajuda para a África naquele ano.

“Não adianta o governo de um país doador, por um lado, ajudar um país com investimentos em microcrédito, se por outro cria barreiras para o comércio com aquele país. É como se fosse um empregador que paga um mau salário e não assina a carteira do funcionário mas dá a ele uma cesta de mantimentos no Natal. A cesta nunca será suficiente para ajudar a pessoa se não tiver um aporte efetivo para superar a situação em que se encontra”, pontua Melissa Andrade, coordenadora da Rede de Humanização do Desenvolvimento.

Conjunto de oito metas sociais que os países devem atingir até 2015, como acabar com a fome e a miséria, prover educação básica e de qualidade para todos, reduzir a mortalidade infantil e promover o respeito ao meio ambiente

A África precisa de acesso justo a tecnologia e oportunidades de mercado, e espaço político para desenhar o próprio caminho



AGRICULTURA COMO SAÍDA

“Apesar de a ajuda ainda ser importante para a maioria dos países africanos, o período pós-independência mostrou claramente que, sozinha, não é suficiente. A África também precisa de acesso mais justo aos mercados, para exportar seus produtos sem barreiras desnecessárias, acessar tecnologias a preços razoáveis, investir mais em setores produtivos e ter mais espaço político para rascunhar e aperfeiçoar um caminho de desenvolvimento próprio”.

Esse foi o discurso da tanzaniana Asha-Rose Migiro, vice-secretária-geral da ONU, durante o Fórum Mundial do Conhecimento, em outubro. A fala resume a visão em prol de um apoio ao desenvolvimento que não seja baseado apenas na transferência de dinheiro, mas no acesso justo às oportunidades, e que valorize as soluções e opiniões nacionais.

Além disso, a necessidade de apostar na agricultura, especialmente a familiar, é praticamente uma unanimidade. A justificativa principal é que ela poderia conquistar um desenvolvimento inclusivo, combatendo a miséria de forma mais efetiva. “A agricultura é o setor mais importante da maioria dos países africanos. Esta contribui com 30% do PIB e 70% da população africana depende disso para sobreviver. Além disso, os pequenos agricultores africanos são quase a totalidade dos produtores”, avalia Darana Souza, pesquisadora-sênior de desenvolvimento rural e segurança alimentar do International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG).

Apesar da sua relevância, a agricultura é hoje um setor marginalizado pelos doadores. “Em 1979, representava 18% da ajuda total. Agora, está em 4,3%”, diz Darana. Uma opção para incrementar a agricultura é estimular a oferta, garantindo a compra de alimentos de pequenos agricultores e os distribuindo em áreas próximas, favorecendo a economia local. Isso já é feito no Brasil pelo Programa de Aquisição de Alimentos, e começou a ser posto em prática em outros países pobres, através do Purchase for Progress (Compra para o Progresso), do Programa de Alimentação Mundial.

Outra solução é incentivar a demanda, ou seja, dar condições para que a população pobre adquira alimentos e outros produtos, movimentando negócios localmente. “Quanto mais as pessoas têm dinheiro para comprar, mais a produção aumenta e a economia cresce. Esta é parte da teoria por trás do Bolsa Família e outras bolsas”, comenta Hanlon.

Desse modo, vê-se que o Brasil tem muito a compartilhar com as nações africanas, pois não só pode oferecer assistência técnica agrícola, o que já é feito pela Embrapa em alguns países, como também ajudar a planejar políticas sociais que promovam um crescimento inclusivo e combatam a miséria. Por outro lado, os interesses econômicos do Brasil na África não devem dirigir as políticas brasileiras de cooperação nem se sobreporem a elas. [L](#)

L LEIA SOBRE OS EFEITOS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NA ÁFRICA, NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22.

[ARTIGO]

Do céu ao chão | A energia solar mudou a realidade de uma comunidade na Guiné-Bissau, proporcionando água limpa, telecomunicação, oportunidades de formação e trabalho. São pistas de que a dependência externa tende a diminuir **MIRELLA DOMENICH***

"A iluminação noturna trouxe uma alegria imensa para nosso povo.” Foram essas as palavras usadas em um discurso em Genebra por Agostinho António Lopes, 48, morador de Bissa – localizada a cerca de 40 quilômetros de Bissau, capital deste país do oeste africano. No ano passado, 35 painéis solares foram instalados na comunidade no escopo do Projeto de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, financiado pelo Ibas, um fundo de cooperação Sul-Sul, implementado pela Índia, o Brasil e a África do Sul em diversos países do Sul Global.

Na Guiné-Bissau, o projeto, que é executado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), visa combater a fome e a pobreza por meio do reforço das capacidades técnicas e tecnológicas dos produtores rurais em 24 “tabancas” – como as aldeias são chamadas na língua crioula da Guiné-Bissau.

Bissa, com 3.071 habitantes, é uma das tabancas-piloto para a instalação da energia solar. Se, em seu discurso, Agostinho ressaltou a maior segurança com a iluminação, a possibilidade de os jovens poderem estudar à noite e de as famílias se reunirem para ver televisão e “descobrirem mais sobre o que acontece do outro lado do mundo”, talvez ele tenha omitido a maior revolução que a energia solar trouxe: a mecanização do acesso à água.

Direito humano fundamental, reafirmado em uma resolução das Nações Unidas em julho do ano passado, a dificuldade do

acesso à água e ao saneamento básico são entraves para Guiné-Bissau. Estimativas do governo apontam que menos da metade da população tem acesso à água potável e 18%, ao saneamento básico.

No centro de Bissa já havia um furo d’água, como os poços são chamados. Antes da energia solar, a coleta era manual. Mulheres e crianças investiam mais de cinco horas diárias no processo de amarrar uma corda a um balde, debruçar-se na borda do poço e puxar o balde de 5 litros para a superfície, erguê-lo sobre a cabeça e caminhar até suas casas. Hoje o processo é muito mais rápido e eficiente. Basta abrir a torneira e a água sai em abundância.

As mulheres garantem que os casos de diarreia diminuíram bastante, pois, segundo elas, com um fluxo maior, a água “vem mais pura”. Mulheres e crianças, responsáveis pelas visitas ao poço, têm mais tempo para se dedicar aos estudos e às brincadeiras, respectivamente. Em Bissa, há aulas no período da noite e os alunos e alunas podem agora voltar para suas casas com segurança, com os cinco postes de iluminação instalados.

A aposta na energia solar faz todo o sentido tanto do ponto de vista econômico quanto do socioambiental. A distribuição de energia pública é inexistente na zona rural do país e muito ineficiente nos centros urbanos. Quem tem dinheiro usa gerador movido a diesel, combustível importado e altamente poluente.

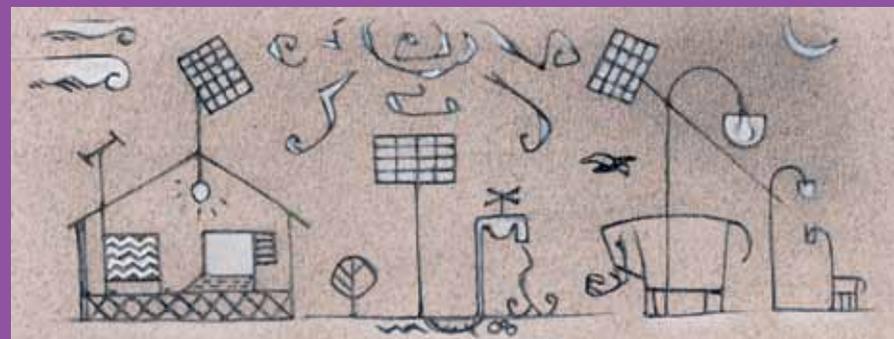
Mais do que recursos técnicos e

financeiros, o caso de sucesso de Bissa deve-se, acima de tudo, à organização da comunidade. É a capacidade de se reinventar que tem feito o investimento surtir efeito e dar pistas de que a dependência externa tende a diminuir. *(mais em reportagem à pág. 32)*

A Associação Wluty, que significa “mudança” na língua africana pepel, é uma organização comunitária, criada para ser o principal ponto de apoio ao desenvolvimento da tabanca. Com o aumento da produção resultante do apoio técnico e financeiro do Fundo Ibas, os pais e as mães conseguem pagar mensalidades para a associação e garantem o acesso de suas crianças à escola e à creche. A Wluty criou também o programa Mutualismo de Saúde, espécie de convênio médico para o tratamento nos centros de saúde.

Para a associação, o pagamento pelos serviços que presta é questão de princípio, uma forma de evitar o assistencialismo. As sessões de cinema infantil, por exemplo, são pagas com castanhas-de-caju, principal produto agrícola do país. Para a manutenção dos painéis solares, a associação criou um sistema de carregamento de celulares. Na sede da associação, 20 tomadas estão à disposição dos moradores, que pagam o equivalente a R\$ 0,50 para recarregar as baterias. Os recursos são depositados em uma conta bancária e utilizados de acordo com a demanda de manutenção.

A comunidade autogere a segurança dos painéis para evitar casos de roubo, identificados em outras tabancas. Uma próxima etapa será também a canalização da água. E, se a organização continuar assim, muito em breve serão os próprios moradores e moradoras que poderão contar em tempo real suas conquistas. A instalação de computadores com acesso à internet está no plano de ação da Wluty.



*** JORNALISTA E MESTRE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO. VIVEU UM ANO NA GUINÉ-BISSAU, ONDE TRABALHOU PARA O PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO ESTADO DE DIREITO E SEGURANÇA, DO PNUD.**

Veredas de força

A energia gerada em pequena escala por fontes alternativas ainda pode ser mais bem aproveitada no Brasil. Além de reduzir a emissão de gases poluentes, a pulverização de produtores contribui para a resiliência do suprimento energético nacional

POR JULIANA ARINI FOTOS LUCAS CRUZ

Falar sobre o futuro energético brasileiro é como adentrar um espaço de superlativos. Enquanto países reconhecidos como modelos de gestão ambiental, como a Alemanha, tentam chegar a 20% de geração limpa, no Brasil o desafio é manter uma das matrizes elétricas com maior participação das fontes renováveis no mundo (82,19%) pelos próximos 20 anos. E ainda proporcionar a oferta necessária para uma taxa de crescimento econômico de 5% ao ano.

A julgar pelas pautas que dominam o planejamento energético nacional, poderíamos imaginar que este é um caminho para ser trilhado em mão única e proporções de avenida. A construção de grandes hidrelétricas na Amazônia e o retorno da discussão sobre energia nuclear concentram as atenções no Brasil, enquanto cresce o uso das usinas térmicas movidas por combustíveis fósseis.

Mas é nas ramificações que se escondem as veredas do baixo custo, do baixo impacto ambiental e de um potencial de expansão nada desprezível. Trata-se de pulverizar os investimentos entre pequenos e médios produtores, um grupo que hoje responde por 8% da capacidade instalada da matriz energética do País. E que pode produzir muito mais.

A geração é de pequena escala, mas isso não significa que estamos falando de pequenos empresários. Esse grupo é formado por aqueles que investem em usinas de pequeno e médio porte, com custos de instalação menores e capacidade de geração entre 30 e 3.000 mWh (megawatts/hora). É essa escala corresponde à maior parte do universo das **energias alternativas modernas**, como pequenas centrais hidrelétricas, usinas de queima de biomassa e aproveitamento do gás metano de lixões e aterros urbanos.

Algumas dessas fontes podem ter um desempenho futuro superior até ao dos grandes projetos de hidrelétricas, como Belo Monte, no Pará, e Santo Antônio e Jirau, em Rondônia. “Algo que poucos sabem é que apenas a capacidade de geração de energia com o aproveitamento

do bagaço da cana-de-açúcar já plantada no Brasil pode ser superior à de Itaipu, com uma média de 14 gigawatts/hora”, diz Ricardo Botelho, presidente do Grupo Energisa, especializado em soluções de eficiência energética.

Se considerarmos a necessidade de expansão da cana-de-açúcar para suprir a demanda do etanol até 2020, teremos uma geração de energia equivalente a uma Itaipu e meia. Mas a proposta dos produtores independentes é tornar a energia do bagaço não uma alternativa à geração hidrelétrica, mas um complemento.

Um estudo liderado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) descreve o potencial de uma cultura que já está instalada no Brasil há cinco séculos. E com a vantagem de ser uma fonte renovável, com capacidade de geração pulverizada por vários produtores de pequeno e médio porte, e não concentrada nas mãos de apenas uma grande usina.

Segundo a pesquisa, a energia que vem dos rios tem sido responsável por cerca de 90% da carga elétrica no país. A irregularidade das chuvas, concentradas no verão e no início de outono, entre dezembro e abril, faz com que em agosto e setembro haja uma redução de dois terços do potencial energético. Para reduzir esse déficit e evitar uso de usinas térmicas, a proposta dos pesquisadores é usar a biomassa da cana para alimentar a demanda nacional de energia durante esses meses. A projeção do estudo é que a cana poderia saltar dos atuais 5% para 12% de contribuição para a capacidade energética nacional instalada.

O lixo é outra fonte alternativa ainda subestimada no Brasil. Um levantamento da consultoria Andrade & Canellas revela que o País poderia produzir entre 3.050 e 3.660 gWh de energia todos os anos com o uso do biogás gerado pela decomposição do lixo urbano. Seriam suficientes para abastecer a Grande São Paulo, considerando-se o consumo médio residencial.

Nesse caso, além de reduzir as emissões de gases que causam o aquecimento global, também se evitariam graves problemas de saúde pública, como o que causou a interdição do Shopping Center Norte e de um conjunto

De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), do Ministério de Minas e Energia, até 2020 a geração de energia elétrica oriunda de fontes alternativas pode passar dos atuais 8% para 16% da matriz brasileira

habitacional Cingapura, na capital paulista, em outubro.

Essa energia também poderia gerar um ganho econômico, pois se enquadra no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Hoje, esse rico recurso é amplamente desperdiçado. “Falta planejamento nas políticas públicas voltadas para a geração de energia pelos produtores independentes”, diz Botelho, da Energisa. “Esse é um caso emblemático. Lembro que nesse tipo de geração não há custo com a tarifa de transmissão para a venda da energia. Porém esse é o único incentivo dado pelo governo para o desenvolvimento desse setor.”

O CUSTO PARA VENDER ENERGIA

Ligar-se ao Sistema Interligado Nacional (SIN) é um dos problemas dos produtores independentes. Hoje, o custo para chegar até uma distribuidora é pago pelos empresários, o que desestimula produtores muito pequenos a venderem sua energia na rede nacional. Isso faz com que o perfil dos produtores pequenos e médios de energia seja constituído, hoje, por grandes fazendeiros e empresários. Outro perfil que tem entrado no setor são os fundos formados por investidores de mercados de capitais. “Muitos olham o setor elétrico com bons olhos, pois os contratos de venda de energia têm longo prazo, o que significa um investimento com garantia de retorno por até 20 anos”, afirma Botelho.

Além desse investimento, os produtores precisam pagar a taxa de transmissão, uma vez que só está isenta a geração de energia originária da queima de lixo. Assim, tanto as usinas eólicas quanto as de biomassa pagam uma tarifa pelo uso do sistema, de 50% em relação ao valor de um empreendimento de geração de energia tradicional, como uma grande usina hidrelétrica.

O excesso de investimentos em opções pontuais da geração independente também é criticado pelo setor. Um dos temores são as políticas adotadas para a geração pelos ventos, em detrimento do crescimento das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que usam os rios em empreendimentos de até 30 mW/h, e que, em razão de seu reduzido tamanho, não demandam um licenciamento ambiental tão complexo quanto o de uma grande hidrelétrica.

“O setor vive situações distintas, dependendo da fonte de energia que estamos analisando. Existe certa euforia em relação à energia eólica e uma grande preocupação dos empreendedores de PCH e de biomassa”, conta Charles Lenzi, presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel). “Os resultados dos últimos leilões vêm demonstrando isso. Enquanto os empreendimentos de energia eólica têm tido um destaque, com grande número de projetos, as PCHs têm perdido competitividade.”

Esse cenário apresenta questões econômicas distintas. De um lado, há um encarecimento no custo de construção das PCHs, e uma maior rigidez do ponto de vista ambiental em relação aos licenciamentos. Do outro, a crise econômica na Europa fez os custos da instalação de eólica cair no Brasil, e o desaquecimento no mercado de energia europeu tornou o mercado brasileiro mais atrativo.

Outro ganho das eólicas em relação às outras fontes é o incentivo fiscal. Na parte dos equipamentos, existe a isenção total de tributos como o ICM no preço dos equipamentos. “Por isso, defendemos a realização de leilões específicos por fonte, respeitando as particularidades e heterogeneidades de cada uma, além das complementariedades energéticas”, insiste Lenzi.

O temor dos produtores independentes é que haja um desequilíbrio nas fontes da matriz energética nacional. “Para ser independente, a matriz tem de ter todas as fontes de energia, e não pode depender exclusivamente de poucas fontes”, defende Botelho, da Energisa.

Se o que prevalecer for a busca do menor preço do momento, sem uma maior preocupação com as particularidades regionais e a complementariedade das fontes de geração, o ciclo das PCHs pode estar acabando no

Se prevalecer a busca do menor preço – e não a diversidade das fontes – o ciclo das PCHs pode acabar

Brasil. “O setor de PCHs está preocupado com a sua viabilidade e a sua perspectiva de futuro. Há uma apatia e um desânimo generalizados, não só pelo lado dos empreendedores, mas também pelo lado dos fabricantes de equipamentos, das empresas prestadoras de serviço, dos escritórios de projetos”, alerta Lenzi.

Outro risco da falta de uma política multivariada de geração de energia é o crescimento de investimentos descontrolados – por exemplo, para geração de energia solar por produtores independentes na Espanha. A distorção entre o preço real da energia solar e o que era subsidiado pelo governo espanhol encareceu todo o sistema. Os produtores recebem até 450 euros por kWh, quando o custo médio dessa energia é de 250 euros por kWh. O acréscimo é pago pelo Tesouro espanhol ou rateado pelos consumidores residenciais – o que é bom para o desenvolvimento tecnológico da energia solar, porém tornou a fonte inviável do ponto de vista econômico. Em tempos de crise, vira mais um problema competitivo para a economia.

Um exemplo possível para o Brasil poderia ser a Alemanha. O país é considerado o que melhor lidou com o incentivo às fontes renováveis de energia. Em 1991, os alemães já buscavam uma forma de reduzir sua dependência do carvão. Conseguiram, em 15 anos, triplicar a geração de energia com fontes não poluentes.

A fórmula foi a adoção do sistema de preços introduzido com o Electricity Feed Act (1991) – e posteriormente atualizado pelo Renewable Energy Sources Act (2000) e pela emenda do Renewable Energy Sources Act (2004). Esses programas foram baseados na obrigatoriedade de compra, pela operadora de rede, de toda a eletricidade gerada pelas fontes renováveis, o que gerou mais renda para o produtor independente de energia (PI) e uma tarifa-prêmio a cada kWh gerado. Hoje a Alemanha produz 16% de sua energia de fontes eólicas, solares e outras variedades renováveis.

No Brasil, um passo similar foi o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que ajudou a criar e a estabilizar um mercado para a venda dessa energia. A primeira fase do programa acabou em 2010, restando poucos empreendimentos

licitados ainda para entrar em operação.

Hoje, a previsão do governo é a de que não ocorra a segunda etapa do Proinfa, que seria mais consistente do que a primeira, porque previa uma programação anual de compra de energia dessas fontes, anualmente, até que se atingissem 10% do consumo anual de energia elétrica do País. Mas essa etapa acabou abandonada por conta da realização dos leilões de fonte alternativa (LFA) e também de outros leilões específicos, que permitem a participação das fontes de biomassa, de PCH e de eólica.

Um projeto de lei também pode piorar a situação da produção independente de energia no Brasil. A Medida Provisória nº 540, de autoria do deputado federal Odair Cunha (PT-MG), prevê justamente o contrário do sistema alemão de incentivos. Hoje, os produtores que geram até 500 mWh têm a venda de sua energia garantida para determinados segmentos, que consomem até 3.000 mWh. O que o PL nº 540 prevê é o fim dessa obrigatoriedade, fazendo com que essas empresas possam comprar de quem quiserem, o que pode privilegiar as grandes hidrelétricas, que já contam com grandes investimentos e empréstimos de bancos públicos.

Um dos pontos de mudança, previsto no Plano Decenal de Energia, do governo federal, é a queda no investimento na participação das hidrelétricas de 76% para 67%. A geração oriunda das eólicas será destaque, aumentando de 1% para 7%. Com isso, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável pelos estudos que fundamentam o plano, prevê que a fatia de fontes renováveis se manterá em tomo de 82,19% até 2020. “O grande problema é que toda vez que temos eólica, mas sem investimento em energia hídrica, podemos ter que recorrer às usinas térmicas movidas a carvão, óleo e gás, pois existem períodos do ano sem vento”, explica Botelho.

“O Brasil já tem uma folgada vantagem comparativa. Na **matriz de energia nacional**, a participação de fontes renováveis (45,8%) é mais de três vezes superior à média mundial (12,9%)”, diz Lenzi, da Abragel. “O que é necessário agora é manter e aprofundar essa vantagem investindo na diversificação e independência das fontes de energia.” Com o cuidado de manter todas as fontes alternativas competitivas. 

 A matriz energética do país é 84% dependente da queima de combustíveis fósseis, praticamente o inverso da situação brasileira

 Inclui a energia elétrica e os combustíveis consumidos no setor de transporte

[ANÁLISE]

Deitada em berço **primário**... A América Latina está cada vez mais distante da tão almejada desmaterialização da vida econômica **RICARDO ABRAMOVAY***



A América Latina e a África Subsaariana são as duas regiões do mundo cujos recursos materiais, energéticos e bióticos superam o montante necessário de terra e água para a produção do que consomem e para a absorção dos resíduos gerados por sua oferta de bens e serviços. Ou, para usar os termos dos especialistas, sua biocapacidade é maior que sua pegada ecológica. Esse trunfo tem sido um vetor decisivo no crescimento recente dos dois continentes. No entanto, a pressão sobre os ecossistemas é tão grande que, se não houver mudança de rumo, a relação entre pegada ecológica e biocapacidade fatalmente vai-se inverter.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a **Rede Mercosul** acabam de publicar os resultados de um

Rede acadêmica de pesquisas econômicas para a América Latina

vasto levantamento sobre o grau de eficiência com que se usam os recursos dos quais depende a reprodução das sociedades latino-americanas. Da Rio 92 para cá, houve avanços importantes nas fontes renováveis de energia (sobretudo no Paraguai e no Brasil com Itaipu e o etanol), no surgimento de planejamento socioambiental em vários níveis, na redução dos rejeitos orgânicos na água e, desde meados da última década, na redução do desmatamento. Ainda assim, o quadro geral é preocupante.

O ponto de partida do relatório é o processo de primarização da economia latino-americana. Em plena era do conhecimento, os bens primários, que correspondiam a 42% das exportações latino-americanas em 1998, atingiram 53% do total, em 2008. No Brasil, o aumento proporcional foi ainda maior, passando de

20% a 35%, no período. Uma das mais importantes consequências desse processo é que o acúmulo de divisas decorrente das exportações contribui para valorizar as moedas locais, barateia as importações e, por aí, desestimula o avanço da indústria. Primarização e desindustrialização caminham juntas.

Mas a primarização não compromete o conjunto da indústria e, sim, prioritariamente, aquelas com maior conteúdo de inteligência e inovação. Cresce, na estrutura industrial da América Latina, a proporção dos produtos com alto potencial contaminante, um parâmetro internacional aplicado no Brasil pela equipe liderada por Carlos Eduardo Young, do Ipea, um dos autores do relatório do Pnuma.

A participação desse tipo de indústria durante os anos 1990 estava em queda. Na última década, porém, quase 40% da indústria do Brasil e da Argentina eram de alto potencial contaminante. Entre 1998 e 2007 esses setores cresceram nada menos que 230% na América Latina, ao mesmo tempo que a indústria como um todo sofre um retrocesso generalizado.

Outra dimensão assustadora da inserção global da economia latino-americana é revelada quando se comparam as mudanças líquidas nas áreas florestais pelo mundo. Enquanto na Europa, na América do Norte e na Ásia (aí somente na última década) as áreas florestais se ampliam – muitas vezes por meio de plantações arbóreas homogêneas, que reduzem a biodiversidade, é verdade –, na África e na América Latina elas continuam encolhendo. Apesar da redução do ritmo do desmatamento na última década, a África e a América Latina

são hoje o grande reservatório de florestas em que a economia da destruição da natureza – e não a do conhecimento – continua esmagadoramente dominante.

Mas não é só por sua inserção internacional que a América Latina se distancia do desenvolvimento sustentável. É também nos padrões de consumo doméstico. No México, por exemplo, aumenta de maneira constante o fluxo de materiais dos quais depende a vida econômica (esses dados não existem para o Brasil).

Considerando-se apenas os combustíveis fósseis, os minerais, os materiais de construção e a biomassa, o consumo *per capita* dos mexicanos vai de 7,4 para 11,2 toneladas anuais entre 1970 e 2003. Nesse total, a importância da biomassa é constante, e a dos materiais não bióticos, crescente, o que amplia os impactos da economia sobre os ecossistemas.

A América Latina está cada vez mais distante da tão almejada desmaterialização da vida econômica, que é o traço fundamental da era da informação e do conhecimento. A transição para a economia verde supõe uma nova divisão internacional, não do trabalho, mas do próprio uso dos ecossistemas. Quando surgir a macroeconomia do desenvolvimento sustentável, um de seus pilares consistirá em sinalizar para a sociedade global que é apenas aparente a abundância de recursos concentrados em determinadas regiões e que o sentido social de seu uso deve ser mais importante que a renda que, durante algum tempo, esses recursos são capazes de gerar.

*** PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP
WWW.ABRAMOVAY.PRO.BR/ TWITTER: @ABRAMOVAY
E-MAIL: ABRAMOV@USP.BR**

11 Eficiência en el uso de los recursos en América Latina, disponível em pnuma.org



Costa dos Corais

Um projeto de preservação da Fundação Toyota do Brasil.

Peixe-boi-marinho

Praia de Parobe - AL

Coral-cérebro

Foz do Rio Tituamunha - AL

A Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais é a primeira Unidade de Conservação Marinha do País. Foi criada para preservar os recifes de corais e os manguezais, além de toda a flora e a fauna existentes nesse ecossistema único e especial, onde vive o peixe-boi-marinho, o mamífero aquático mais ameaçado no Brasil. Abrangendo oito municípios em Alagoas e três em Pernambuco, a APA conta com 413 mil hectares de área protegida. Nessa região acontece o Toyota APA Costa dos Corais, projeto patrocinado pela Fundação Toyota do Brasil, que tem como prioridades a conservação dos recifes de corais, a proteção dos manguezais e o desenvolvimento de negócios sustentáveis ligados à pesca e ao turismo responsáveis.



Visite o site www.fundacaotoyotadobrasil.org.br

Respeite a sinalização de trânsito.



Empregados na floresta

Programa Bolsa Verde inova ao unir combate à miséria com conservação ambiental, mas depende de ações estruturantes para atingir o objetivo principal de retirar 73 mil famílias da extrema pobreza **POR DAVI CARVALHO FOTO LUCAS CRUZ**

A medida que o conhecimento sobre a Floresta Amazônica aumenta, cresce a certeza de que é imprescindível conservá-la. Por muito tempo foi chamada de pulmão do mundo e era imaginada como a selva que deveria ser mantida intocada. Pouco se falava ou se refletia sobre como viviam os moradores daquela área. Com o avanço do desmatamento, veio também uma maior clareza sobre a situação enfrentada pelos mais de 24 milhões de habitantes da floresta.

Na Amazônia, segundo os critérios oficiais, cerca de 2,65 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza, o que representa aproximadamente 11% da população da região. Com o reconhecimento dos direitos sociais e econômicos dos moradores da floresta, criou-se também a consciência de tê-los como parceiros na conservação do bioma amazônico.

Em setembro, o governo federal lançou o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, o Bolsa Verde, que integra o Programa Brasil Sem Miséria e pagará R\$ 300 por trimestre a 73 mil famílias em situação de pobreza extrema – com renda *per capita* inferior a R\$ 70. Para garantir a manutenção dos pagamentos, as famílias deverão prestar serviços de conservação, como proteger a floresta

contra desmatamento e fazer manejo correto do solo. Ancorado no Ministério do Meio Ambiente (MMA), o programa conta com a cooperação dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS).

Para prestar os serviços, as famílias terão de aderir ao programa, por meio da assinatura de termo de adesão, no qual serão especificadas as atividades de conservação a serem desenvolvidas. A fiscalização da execução do trabalho será realizada via satélite e por visitas de técnicos do MMA.

A intenção é preservar uma área de 145 milhões de hectares de florestas públicas que se distribuem por Florestas Nacionais, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável, e projetos de assentamento vinculados ao extrativismo ou à exploração sustentável da floresta.

Apesar de o termo “bolsa” indicar ajuda assistencial, o Bolsa Verde não se enquadra em um programa de transferência de renda tradicional, como o Bolsa Família, mas inaugura entre os programas ambientais do MMA o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Fernando Veiga, gerente de fundos de água para a América Latina da ONG TNC, observa que o governo brasileiro começou

a reconhecer a importância dos serviços prestados pelas populações da Região Amazônica para a conservação da floresta. “É um serviço comprado por toda a sociedade brasileira, porque sabemos que a floresta garante estabilidade de chuva e regularidade de água para a agricultura no Sul do País e tem efeitos sobre o clima da Região Sudeste e da Centro-oeste”, explica Veiga.

O gerente da TNC defende que o Bolsa Verde evolua para um programa nacional de PSA e que não esteja atrelado apenas a uma estratégia de redução da miséria. Ele afirma que os serviços são muito importantes para que famílias e comunidades recebam o pagamento por apenas dois anos, como propõe a medida provisória que criou o Programa. “É fundamental atribuir a esse programa uma visão de longo prazo e conectá-lo a políticas permanentes, porque a floresta sempre terá que ser defendida, mesmo quando as famílias pararem de receber o benefício por terem deixado a extrema pobreza”, comenta Veiga.

Mais ainda: os R\$ 300 trimestrais que as famílias receberão será um valor adicional ao que já é pago pelo Bolsa Família. Marcio Astrini, coordenador da campanha do Greenpeace para a Amazônia, define como louvável o programa que une a experiência do Bolsa Família, de levar o dinheiro direto ao beneficiado e criar

condicionalidades, com uma preocupação com o meio ambiente. Entretanto, ele classifica o programa de conservação como um tímido começo, perto dos problemas que existem na região, como a melhoria dos assentamentos de reforma agrária. Para Astrini, falta o governo oferecer assistência financeira e técnica aos assentados.

Astrini adverte que, para o Bolsa Verde dar certo, é fundamental que o governo se responsabilize pelos assentamentos existentes na Amazônia, para que seja criada estrutura de locomoção, escola, atendimento médico e hospitais. Do contrário, o próprio Estado induzirá ao desmatamento. “Quando o governo assenta a família e a deixa à própria sorte, o madeireiro faz papel de Estado: constrói a escola, o posto de saúde, abre estradas e traz até telefone para aquela população. E qual é o pagamento que a população dá para o madeireiro? A extração da madeira”, explica Astrini.

Segundo o coordenador do Greenpeace, quando isso acontece, pouco há para se fazer. A remuneração pelos serviços ambientais, cerca de R\$ 100 por mês, não consegue competir com os valores pagos pelos madeireiros pela extração ilegal de madeira. Há casos em que a madeira de uma árvore vale mais de R\$ 150 para o morador.

Por isso, torna-se indispensável que, mais que o pagamento,



Condições para a geração de renda, educação e presença do Estado é um conjunto de ações capazes de quebrar o ciclo de desmatamento da Amazônia

consolide-se um processo de educação ambiental, de disponibilidade de recursos para a safra e de tecnologia para a criação de uma economia local que dê condições para o produtor viver, fazendo o melhor uso possível da floresta.

A educação e a consciência ambiental são necessárias também para que o produtor aprenda a fazer o manejo da madeira, a extrair e criar cooperativa com outros pequenos produtores, manejar o pasto para criar o gado de forma mais eficiente e, assim, gerar mais renda sem que seja necessário vender madeira.

Diferentemente de Fernando Veiga, da TNC, o coordenador do Greenpeace defende que o Bolsa Verde seja transitório. “Se os problemas citados não forem resolvidos, vamos transformar a floresta em refém do programa social do governo. Porque é um caminho sem volta. Você recebe o benefício para preservar. E se vier um governo que retira o Bolsa Verde? E se faltar dinheiro? Aí, o País se descompromete de preservar, e o próprio governo passa a mensagem de que não está preocupado com aquela área”, argumenta Astrini.

CRIAÇÃO DE DEMANDA

Os critérios oficiais de classificação de renda não consideram o modo de vida que é próprio da floresta, nem as atividades desempenhadas pelos moradores, tampouco o conhecimento tradicional das famílias sobre a biodiversidade local. A questão que permanece é se é correto afirmar que uma família que realiza atividades de subsistência, como plantio de policulturas, extrativismo e pesca, é miserável.

O diretor da organização Amigos da Terra Brasil, Fernando Campos Costa, critica a prática de classificar uma família como pobre e dar bolsas. “É preciso alternativas reais, estruturantes e de longo prazo, como a Soberania Alimentar, alicerçadas não em programas de bolsas (*dinheiro*), mas em políticas públicas de consolidação dos direitos já conquistados na Constituição, como alimentação, moradia, saúde, educação, e nas medidas que viabilizem esses direitos, tais como reforma agrária, apoio integral do Estado à produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, a criação de sistemas de armazenamento, distribuição e comércio solidário, assegurando demanda.”

A criação de demanda para que os agricultores consigam vender sua produção está contemplada no Bolsa Verde, que busca parceria com estados e municípios da Região Amazônica para que comprem os produtos dos bolsistas e os forneçam na merenda escolar.

CONSCIÊNCIA LIBERTADORA

Além da garantia da venda, o programa pretende desenvolver ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional aos beneficiados pelo Bolsa Verde. Para Virgílio Viana, superintendente da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), as ações

complementares ao pagamento são necessárias para conquistar a confiança de quem vive na floresta. Em 2008, a FAS desenvolveu em parceria com o governo do Estado do Amazonas o Bolsa Floresta, que remunera moradores de unidades de conservação e os qualifica para desempenharem ações agroextrativas com menor impacto na floresta.

Viana acredita que programas de governos, ONGs, Igreja e universidades têm causado frustração dentro da floresta. “Temos de usar esses programas efetivos para criar um novo imaginário, que vá contra a desesperança que leva à emigração, e fazer as pessoas perceberem que o programa quer manter a floresta em pé, investir no trabalho dos produtores e tornar a vida na floresta mais rentável, por meio da geração de renda e da redução da pobreza”.

A experiência do Bolsa Floresta mostra que esse processo de educação, conscientização e engajamento com as questões ambientais são importantes para o sucesso do programa, já que o morador e produtor passa a entender as interligações do ecossistema. “Ele tem que saber que, se desmatar, seca o igarapé e não tem como pescar, ou muda o regime de chuvas que cai no Rio Grande do Sul e afeta as lavouras naquela região”, justifica Astrini.

Condições para a geração de renda, educação e presença do Estado é um conjunto de ações capazes de quebrar o ciclo de desmatamento da Amazônia – que leva municípios do *boom* econômico ao colapso social, ambiental e econômico, em um período de aproximadamente 15 anos. (mais sobre *boom*-colapso na entrevista “A Amazônia que pesa no bolso”, com Adalberto Veríssimo, na edição 13 de PÁGINA22)

Quando a mata ainda está fechada, os madeireiros levam primeiro as árvores mais nobres, com maior valor de mercado. Em um segundo momento, retiram madeira com valor de mercado intermediário e, na fase final, leva-se o resto. Fica a terra nua, que é transformada em pasto, o que completa o ciclo da destruição da floresta.

Em menos de duas décadas, as madeiras se mudam para outras regiões da floresta e a pecuária entra em declínio, porque o solo sofre um processo de degradação e não consegue mais alimentar o gado. Nesse período o município entra em colapso. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) capta o empobrecimento da população local e desaba, e a população volta a sofrer com a pobreza depois que o desmatamento completa seu ciclo.

Esta é uma prova de que o desmatamento a médio e longo prazo não é rentável para quem vive na floresta. E que ações estruturantes, como a criação de uma economia para o produtor local, acompanhadas de políticas públicas adequadas de conservação podem começar a mudar uma realidade perversa. [»](#)

NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22, VEJA COMO O PROJETO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL PODE MINIMIZAR O EFEITO POSITIVO DO BOLSA VERDE AO PERMITIR MAIOR DESMATAMENTO.

[COLUNA]

Olha o **drible!** É fácil ser contra os "grandes" e a favor dos "pequenos". Mas e quando os "grandes" somos nós? **DANIELA GOMES PINTO***

Faz pouco tempo, voltei da Chapada Diamantina, lugar que adotei como o mais lindo do mundo. A primeira vez que estive por lá foi em 1995. A partir daí, passei a frequentar regularmente a região, mas fazia sete anos que não pisava naquelas terras.

A Rua das Pedras, de Lençóis, que já foi a rua do comércio da cidade, agora é fechada para carros e desfila mesinhas nas suas calçadas e pisos de pedra. É tudo colorido feito a Vila Madalena de São Paulo – as toalhas das mesas, as plaquinhas do comércio, as roupas dos donos. Uma festa que enche os olhos e que me alegraria, facinha que sou para essa beleza de tecido de chita. Mas me entristece olhar para essa rua hoje. A Rua das Pedras nunca foi colorida. Na minha lembrança, ela era cinza e amarelo.

Um cinza duro de pedra, um amarelo gasto do tempo. Não tinha ninguém sorrindo naquela rua. Seu Fulano, que perdeu o braço, tinha aquele olhar triste e terrivelmente doce, com seus cavalos e sua casinha vendendo garrafinhas de areia. Seu Sicrano sentava com olhar distante atrás do balcão de seu boteco, escuro, apertado e amontoado de garrafas empoeiradas em suas estantes.

Mas a Rua das Pedras tinha crianças, montes delas. E elas jogavam bola, num futebol cômico, considerando a ladeira que configura a rua. Começavam lá em cima, e vinham correndo, descendo e inventando o que podiam de futebol para respeitar aquele descidão. Era uma algazarra. Durante anos, se eu tinha vontade de chorar baixinho um choro contente de vida, eu repetia pra mim mesma aquela frase maravilhosa que escutei das crianças na Rua das Pedras: “Óia o diiiiiiiiibre!”

Mas a Rua das Pedras de hoje tem menos crianças e, definitivamente, não dá mais para jogar futebol. Não com tantas mesas e tantas pessoas e tantas máquinas fotográficas e tantos cafés. Paramos em um, onde uma dona carioca sensualmente atenciosa nos ofereceu diversos tipos de bebidas, depois diversos tipos de açúcares,



depois diversos tipos de xícaras. Tivemos que segurar a risada quando ela nos avisou que o café estava em “fase final de preparação”. E explodimos quando ela deu uma piscadela e fez um jogo de boca, sinalizando à distância que o suco de abacaxi também estava em fase final. Não, na Rua das Pedras da minha memória só tinha suco de maracujá-do-mato, adoçado ululantemente com açúcar União, num doce que fazia a gente quase desmaiar, mas gelado na medida em que segurava a gente em pé.

O guia que me levou pela primeira vez a tantos lugares lindos agora tem 30 anos. Ele tinha 15 quando o conheci. É

inteligente, esperto, simpático. Mas está amargo, talvez por ter vivido nos últimos anos uma vida estranha – convivendo com turistas que ele chama de “amigos” e que o consideram um “amigo” – mas sem nem de longe ter amizade alguma com eles, a não ser a cervejinha após a trilha. O que será que passa na cabeça de um jovem que convive com tanta gente jovem, mas com tantas mais oportunidades que ele? O que o faz levantar da cama todos os dias para encontrar seus “amigos”, sabendo que esses amigos vão embora e que ele ficará lá? Não sei, mas os olhos e as conversas e o copo de cerveja às 10 da manhã deste meu “amigo” de 30 anos me fez pensar no quanto eu fiz mal a ele.

O jovem casal dono da pousada mais charmosa do meu passado não é mais tão jovem – nem tão charmoso. Parecem cansados da vida. A pousada parece menos cuidada, com a sensação de um entreposto de pessoas apenas. Contam histórias e mais histórias de violência e descaso público na cidade. Sempre contaram, é bem verdade. Mas algo mudou. A pousada agora é cercada, os quartos precisam ser trancados quando vamos tomar café da manhã. Os micos que vinham comer perto dos hóspedes continuam vindo. Mas eles, que sempre comeram banana crua e nada mais, agora se servem de banana cozida, de banana frita, do que vier. Assim como o guia, os donos da pousada e a Rua das Pedras, eles também estão driblando o tempo e as mudanças nessa cidade que um dia já foi deles.

Quanto a mim, trabalhei nos últimos quatro anos da minha vida com os impactos sociais e ambientais de grandes obras em municípios amazônicos. Aprendi muito e me coloquei muitas vezes do lado de quem recebe um visitante indesejado e tem de se adaptar, a duras custas, a essa realidade. E agora, refletindo sobre minhas férias no lugar que sempre considerei o meu lugar mais lindo do mundo, dei-me conta, estarecida, que sou eu também uma pequena grande obra – e isso não é um autoelogio.

* PESQUISADORA DO GVCES E MESTRE EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PELA LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE

Enterrados, mas vivos

Em São Paulo, há quilômetros de corpos d'água em galerias subterrâneas. Reconectar a população com a natureza permanente da cidade é o ideal de uma turma que almeja trazer alguns desses rios de volta à superfície **DAVI CARVALHO**

Quanto mais se conhece a cidade de São Paulo, menos se imagina a possibilidade de existirem rios e córregos próximos a grandes avenidas ou empreendimentos imobiliários. Essa situação é tida como verdadeira pela imensa maioria dos paulistanos. Mas é um engano. Correm pelo subterrâneo da capital cerca de 1.500 quilômetros de rios ocultos, tampados ou canalizados durante os intensos processos de urbanização e industrialização vividos pela cidade a partir da segunda metade do século XX.

No entanto, há sete anos esses cursos d'água são objeto de estudo do professor Vladimir Bartalini, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Ele se dedica a pesquisar pequenos córregos e rios que ocupam posição secundária na hierarquia da bacia hidrográfica paulistana. O professor defende que parte desses rios ocultados deveria voltar à cena urbana da cidade e, principalmente, à consciência coletiva.

“Esses córregos têm de ser trazidos de volta, porque existem, são usados por nós – mesmo que para finalidades pouco nobres (como despejo de esgoto). Não há como negá-los”, diz o professor. “Os rios podem ser reincorporados à paisagem urbana como percursos para pedestres e ciclistas, espaços de lazer e áreas que prestam serviços ambientais, como a drenagem da água das chuvas.” [1]

Bartalini explica que, quando o rio corre no seu leito original, o fluxo de água é mais lento e as margens ajudam a absorver a água da chuva. Com o tamponamento ou a canalização desses rios e córregos, a velocidade e a quantidade de água aumentam, porque nada é absorvido pela terra. Tudo isso potencializa os efeitos das inundações que sempre ocorrem no verão paulistano.

Mas trazê-los de volta à superfície nem sempre é possível ou conveniente. Há pontos da cidade que comportam empreendimentos e grandes obras que soterraram vários desses rios e é impossível sua recuperação.

Segundo Bartalini, mesmo que os corpos d'água voltem a correr a céu aberto, a “renaturalização” completa é algo impossível. Mas há muito que se pode fazer nos locais onde os córregos e rios estão apenas cobertos, escondidos dos olhos e dos cuidados das pessoas.

O desinteresse da sociedade com o que ocorreu com os rios da cidade nas últimas cinco décadas é uma preocupação compartilhada pelos amigos José Roberto Bueno, arquiteto, e Luiz de Campos Junior, geógrafo. Eles são fundadores do movimento Rios e Ruas, que mobiliza grupos de pessoas interessadas em percorrer a cidade para redescobrir nascentes, rios e córregos escondidos. [2]

A máxima do movimento é que “não

importa onde você esteja em São Paulo, a 200 metros de você deve haver um curso d'água”. A principal reação que eles veem em quem participa das expedições é a surpresa ao descobrir que o rio pode estar coberto, sujo, soterrado, mas existe e está vivo.

“Essa é uma maneira de mostrar para as pessoas e para a cidade que é uma mentira dizer que os rios de São Paulo acabaram. Essa mentira foi muito bem contada, é quase um transe. E nós trabalhamos para despertá-las desse transe”, observa Bueno, que vê a ocultação dos rios como facilitador para o crescimento do setor imobiliário e grandes obras viárias. “As pessoas não veem os rios, logo eles não existem. Aí essa ocultação se mostra conveniente.”

A descoberta mais recente da dupla aconteceu na área da Universidade de São Paulo que foi desmatada, em outubro, para a construção de um museu. “Além das mais de 1.300 árvores derrubadas, descobrimos no local duas nascentes que correm o risco de serem soterradas”, revela Bueno.

“Queremos despertar as pessoas criando uma consciência coletiva sobre a importância dos rios, córregos ou riachos, e também para que possamos cobrar um melhor tratamento para esses cursos d'água”, afirma Luiz de Campos Junior.

Bartalini explica que dos cerca de 1.500 quilômetros de rios ocultos de São Paulo, 500 são de córregos que se confundem com becos, vielas, situações espaciais tidas como excrescências urbanas. Muitos deles estão poluídos, o que é perceptível pelo mau cheiro que sai dos bueiros. Muitas vezes, os próprios cidadãos pedem à prefeitura para tapar o córrego, escondendo o problema.

Combater essa lógica que substitui o cuidado e o tratamento pelo disfarce e a ignorância é um trabalho que começa a ganhar corpo, seja pelos estudos do professor Bartalini, seja pelo trabalho *in loco* do Rios e Ruas, que nos últimos anos viu o número de exploradores passar de 5 para mais de 20 por expedição.



DIVULGAÇÃO

PARA VER DE NOVO A cada rio redescoberto, os grupos fazem o registro de seu nome em inscrições no espaço urbano

[1] Vladimir Bartalini amplia a discussão em seu estudo “Redes capilares de drenagem e parques públicos urbanos”, disponível no site anpur.org.br [2] As expedições dos amigos José Roberto Bueno e Luiz de Campos Jr. podem ser vistas em [facebook/rios e ruas](https://www.facebook.com/rios.e.ruas), onde postam fotos e relatos de experiências



PROTEGEMOS O ALIMENTO BEM ANTES DE ELE ENTRAR NA EMBALAGEM.

Há mais de 50 anos, projetamos embalagens para manter o alimento protegido. Mas, de que serviria isso, se esses alimentos não fossem bem processados? É aí que entra o Tetra Therm® Aseptic VTIS, um equipamento da Tetra Pak com tecnologia de ponta, que elimina todas as bactérias nocivas. Proteger os alimentos: ninguém faz isso melhor do que nós. **Esse é o nosso trabalho. Esse é o Círculo da Proteção.**





Povos **conectados**

Poeta, escritor, roteirista, artista plástico, o italiano Tonino Guerra terá parte de sua obra trazida ao Brasil nos próximos meses, para o Momento Itália Brasil (momentoitaliabrasile.com.br). O projeto estende-se até junho de 2012, com eventos de música, artes plásticas, moda, arquitetura, esporte, teatro e dança italianos por aqui.

Tonino escreveu mais de 120 filmes, sendo 12 com Michelangelo Antonioni, quatro com Federico Fellini – entre eles o clássico *Amarcord* –, além de colaborações com Angelopoulos, Tarkowski e De Sica. Em entrevista recente, o multiartista disse que todo grande cinema italiano dependia de cineastas franceses, russos e que a colaboração é essencial na arte, na vida e na política. “Ter diferentes direções que depois se unem é excepcional. Temos de refletir sobre isso. Nenhum povo é o mais iluminado do mundo sozinho.”

Hoje, com 91 anos, Tonino mora em Pennabilli, pequena cidade italiana na província onde nasceu, e dedica tempo à arquitetura, desenho, pintura, paisagem e cerâmica. Em seus desenhos, telas e tapeçaria, Tonino retrata a iconografia do seu povo, da região da Romagna, uma tradição que valoriza símbolos da natureza e da vida rural. – **POR ANA CRISTINA D'ANGELO** 



Cada
garrafa
tem uma
história.

Tião Santos

Tião cresceu vendo a família trabalhando duro no lixo. Acreditou num futuro melhor e hoje é o presidente da associação dos catadores do Jardim Gramacho. “Quando fundei isto aqui, debocharam da minha cara, todo mundo dizia que não ia dar certo. Se você quer algo, todo dia tem que acordar e dormir com seu objetivo na cabeça.” Com o apoio a histórias como a do Tião, há 15 anos, a Coca-Cola Brasil contribui para alavancar os índices de reciclagem no país. Hoje, são mais de 200 cooperativas apoiadas com equipamentos e capacitação em gestão, gerando inclusão social e renda para milhões de famílias. Como diria o Tião, é apenas o início de uma história sem fim.

“Onde existia fim,
eu vi um começo.”



Coca-Cola Brasil

Veja por que Tião acredita em um mundo melhor em vivapositivamente.com.br

Itaú. O único banco latino-americano presente no Índice Dow Jones pelo 12º ano consecutivo.



Ser sustentável é ser transparente, apostar nas relações duradouras e ser reconhecido por isso. O Itaú é o único banco latino-americano a entrar, pelo 12º ano consecutivo, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Um dos mais importantes indicadores de responsabilidade econômica, social e ambiental do mundo. É uma conquista que reafirma o nosso compromisso de ser um banco cada vez mais sustentável para você.

O mundo muda. O Itaú muda para você.

Itaú. Feito para você :-)

